

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XXVIII

1927 A 1929

Jornadas de um curioso pelas margens do Lima

(*Estudos do Alto-Minho, xxvi*)

SUMÁRIO.—1. Sepulturas rupestres de S. Simão, de S. Gião e de Sanja-mondes.—2. Reflexões sobre a provável antiguidade destas sepulturas.—3. A torre medieval de D. Mendo.—4. O convento de Refójos.—5. A igreja românica de Santa Eulália.—6. Arcossólio com epitáfio.—7. A ponte sobre o Lima.—8. Os arcos romanos.—9. As siglas das cantarias.—10. A ermida românica de Santo Abedão.—11. No adro da matriz da Correlhã.—12. Estante mediévia de ferro forjado.—13. Nota sobre antigualhas de S. Julião de Freixo (castros, mamoa, contas policrómicas, sarcófagos).



ALGUMAS notícias que, por bôca de amigos, me tinham ecoado aos ouvidos, geraram-me o desejo de fazer excursões de índole arqueológica a terras do concelho de Ponte de Lima, tam avizinhas das que pertencem ao concelho onde nasci, que, em parte, lindam directamente com as dêste. Dessas montanhas, por onde o Lima e o Vez bebem as fecundas nascentes, desci pois um dia e

«Num solitário vale fresco e verde,
Onde com veia doce e vagarosa,
O Vez no Lima entrando o nome perde»,

deixei as minhas fronteiras, embrenhando-me por essa elísia estrada, que liga as duas vilas minhotas de Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, émulas uma e outra da sua colorida beleza.

São os magros apontamentos dessas duas ou três deambulações, bem distanciadas hoje em tempo e em lugar, que aproveito para ordenar esta narração, há bastantes anos (desde 1906) alinhavada e adormecida na gaveta.

*

Comecei as minhas jornadas pela populosa freguesia de Refojos, onde se encontrava uma sepultura rupestre¹, já descrita pelo S.^{or} D.^{or} Figueiredo da Guerra em *O Arch. Port.*, VIII, 259, e situada no lugar do Couto, vertentes do castro ou *Castelo de Genso*, superior àquele lugar². A escavação da sepultura foi feita sobre um penedo com a altura de 2 metros; a sua orientação é em uma linha de nascente a poente, que é também o sentido da maior extensão do penhasco. A sua forma é perfeitamente rectangular e o fundo é côncavo. De comprimento 1^m,90; de largura 0^m,50; de profundidade em uma das testeiras 0^m,52. Em tôrno da fossa havia um canal feito a cinzel, com escoante em um dos ângulos, em consequência do desnível da própria fraga; da situação desse canal resultava um rebordo circundante. Naquele mesmo ângulo, abriu-se mais um canalículo destinado³ a esvaziar o sobressalente da água, que enchesse acaso a pia. Coevo? É possível.

¹ Refojos é a pronúncia mais generalizada. Vi-a em cartões de visita actuais. Encontra-se também na *Geografia dentre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, de 1549, pelo D.^{or} João de Barros (Pôrto 1919), ao lado da de Refoios. No *Livro de Linhagens (Port. Mon. Hist.: Scriptores*, vol. I, p. 171) escreve-se *Refojos*. No *Onomástico Medieval Português* registam-se as duas formas *Reffoyos*, *Refojos* (1258) ou *Refoios* (1032) e *Refogios* (1058). (*O Arch. Port.*, XIV, 234).

Tenho chamado sepulturas *rupestres* às que foram escavadas em fragas situadas em lugar aparente e não soterradas ou ocultas ao tempo da sua utilização. Há, no pavimento de algumas antigas igrejas, sepulturas escavadas na rocha subjacente ou contígua, às quais não toca rigorosamente aquela denominação, se bem que devam agrupar-se na mesma série sepulcrológica.

² Nesta estação arqueológica, segundo o S.^{or} P.^o Manuel J. da Cunha Brito, meu cicerone de uma das excursões e ao tempo distinto professor do Liceu de Ponte de Lima, os cacos são às carradas e numerosos os restos de habitações circulares; colheu êle aí um fragmento de tégula com a sigla *F*. É pois uma estação sucessivamente lusitano-romana.

A superfície zenital da rocha fôra desbastada para ficar plana e horizontal, como trabalho preparatório antes de se escavar a sepultura e para que a tampa pudesse fechar hermêticamente a cavidade. A um dos lados, sôbre a superfície desbastada, viam-se riscos, cuja explicação não me pareceu encontrar-se em caracteres de qualquer escritura, como aliás já se tem crido. Constam êsses traços de pequenas linhas rectas que não obedecem a alinhamento algum, e que são desiguais em comprimento; cinco dessas linhas convergem idealmente a um centro; quatro ao lado daquelas são paralelas e contíguas; emfim, a sua disposição figurou-se-me casual e insignificativa.

Martins Sarmiento chamou-lhes «rabiscos» que não entendeu, nem creê que alguém entenda. (*O Arch. Port.*, VI, 182).

O local é uma alta esplanada, onde abundam fragmentos de telolos, de *tegulae*, de *imbrices*, mas onde não encontrei restos de vasilhame cerâmico. É vulgar nas proximidades destas sepulturas aparecerem destroços laterícios, como aqui; mas são mais comuns as sepulturas de forma trapezoidal, o que suficientemente indica que estes *moimentos* são post-romanos, tendo o seu uso atravessado largos séculos do médio evo. (*O Arch. Port.*, X, 18 a 20).

Reconhecida esta atribuição, compreende-se bem que estas antiguidades podem aparecer nas vizinhanças dos *castros*, centros de povoação pre-romana, a cuja civilização aliás não pertencem, pois que a maioria dêstes núcleos se romanizou pouco ou muito e até perpetuando-se, e que na área adjacente se encontrem velhas ermidas, ruínas delas ou simples notícias de as ter havido ou de se terem encontrado outros vestígios sepulcrológicos. Martins Sarmiento encontrava destas sepulturas na directriz das populações que, descendo e desamparando os castros, se fixavam depois nas baixas. (*O Arch. Port.*, VI, 175, e *Rev. de Guimarães*, II, 198).

Esta antigualha é conhecida nas redondezas por *Sepultura de S. Simão*, e o motivo é provávelmente não estar muito distante da capela de S. Simão, que corôa um elevado cabeço fronteiro àquele em que assenta o penhasco da sepultura e onde também se encontram *tegulae* em fragmentos. S. Simão é advogado contra as maleitas, na crença dos habitantes.

*

Além desta, a notícia que da mesma origem tive acêrca de outra sepultura rupestre, acendia-me a ânsia de a examinar; era a de *S. Gião*, que fica igualmente a pouca distância da capela de S. Julião

e num plano superior a esta¹. Pertence também à freguesia de Refojos e é próxima do lugar chamado *Valdevez*. Ocupa uma fraga de altura pouco vulgar em monumentos desta natureza.

O lado ainda assim acessível tem de altura 5 metros aproximadamente, mas do lado dos campos subjacentes terá uns 12 metros. Logo a seguir, o despenhadeiro não medirá menos de 20 metros. Houve aqui provavelmente a intenção de resguardar a sepultura de violações, atentado não raro na idade média². A cavidade obedece pouco mais ou menos à orientação do penhasco, com o seu tópo mais estreito do lado meridional; isto é, o eixo da sepultura é paralelo à linha de N.-S. Para se abrir a fossa noutro sentido, fôra necessário desbastar adequadamente a pedra. As dimensões da caixa tumular são as seguintes: comprimento 1^m,96; largura dos topos 0^m,66 e 0^m,61; profundidade no tópo mais largo 0^m,49, no outro 0^m,66. Não há ressalto em toda volta da cavidade, mas apenas em um dos topos, onde a fraga é mais alta, a fim de que a tampa ajustasse mais exactamente.

Nos campos inferiores têm aparecido sepulturas latericias e os «ossos (humanos) andaram aos pontapés». Aparecem também fragmentos de tejos. Ao fundo destes campos fica a chamada capela, que lhe deu o tópicó contraído de S. Julião e diz-se que ali já foi a séde de uma freguesia.

*

Tive informação de outra sepultura rupestre no lugar de *Sanjamondes*³, freguesia de S. Pedro de Arcos. Segundo o testemunho

¹ É curiosa a coexistência destas duas formas, tam próxima-mente uma da outra. Veja-se: *Nomes de pessoas tornados geográficos*, por J. Leite de Vasconcellos.

² *Si quis sepulcri violator extiterit ... si liber hoc fecerit, libram auri coactus exsolvat haeredibus mortui ... Quod si haeredes non fuerint ... et praeterea C flagella suscipiat. Servus vero ... CC flagella suscipiat, insuper et flammis ardentibus excuratur ...* (*Codex Legum Wisigothorum in Port. Mon. Hist.: Leges & Consuetudines*, I, 108).

³ *Jamondes* é herança germânica da idade média; encontro as formas: *Jemundi*, *Jemundo*, *Gemondo*, *Gemundi*, *Gemundia*, *Gemundy*, *Gimonde* no *Onomástico Medieval Português* do S.^{or} A. A. Cortesão in *O Arch. Port.*, x, 391; xi, 244; xvii, 140; *Gilmonde* e *Gimonde* in *Nomes de pessoas e nomes de lugares*, pelo S.^{or} Pedro de Azevedo; e actuais: *Gemunde* in *Historia da Administração Pública* pelo S.^{or} Gama Barros, II, 333, e *Gimonde* in *O Arch. Port.*, xv, 318.

do Rev.^{do} Manuel J. da Cunha Brito, que visitou esta sepultura, ela é trapezoidal, de lados levemente curvilíneos, ângulos arredondados, grande rebordo em toda a volta da cavidade e um bueiro nos pés do lado esquerdo. O penedo é alongado e alto de uns 12 palmos sobre um caminho público.

*

Inquestionavelmente é bem curiosa esta forma de inumar os cadáveres! Abrir nas mais duras rochas uma caixa oblonga com o comprimento adequado à estatura humana, às vezes com um nicho circular para a cabeça do cadáver; gastar decerto nesse duro trabalho não poucos dias¹; preparar a propósito uma tampa monolítica com peso suficiente para constituir uma sólida defesa da sepultura contra a cobiça dos violadores ou contra a pretensão de vindouros e deixar por fim anepigráfica esta complicada obra . . .; todas estas circunstâncias constituem um processo um tanto brutal e primitivo.

Estas sepulturas têm de facto uma feição acentuadamente rupestre, compatível só com uma época de costumes de inveterada rudeza². Nestes monumentos não há edificação, nem construção, nem a piedade de três letras, nem o amparo dum símbolo; há o penhasco tôsko e por vezes alcandorado, com a cavidade funérea no cimo, como uma guela trágica. Deposto o cadáver e cerrado o sepulcro com a espessa lousa, o moimento deveria apresentar um conspecto ainda mais sinistro no seu mutismo enigmático, quer estivesse isolado e solitário, quer, ou ainda pior, estivesse agrupado em poliândrio com outros semelhantes.

¹ O meu amigo e notabilíssimo prospector de paleolítico, dos petroglifos pre-históricos e das insculpturas castrejas do concelho dos Arcos de Valdevez, o Rev.^{do} P.^e J. A. Saraiva de Miranda, a quem por isso a Paleoehtnologia e Proto-historia portuguesa ficarão devendo inestimáveis serviços, conta, entre os seus valiosos achados, o de uma sepultura rupestre, começada mas incompleta, trapezoidal, num penedo de 2 metros de altura, no sítio da Cêrca, arrabaldes de S. Miguel-o-Anjo de Azere. (Carta de 29 de Julho de 1922). Note-se esta significativa situação, à qual não faltou uma capela do orago S. Silvestre, existindo ainda as ruínas dela.

² Os bispos do 1.^o concílio bracarense (a. 561) dão-nos um eco da rusticidade reconhecida dos povos desta região, no seu tempo (sec. VI), quando escrevem: «*manifestius ignaris hominibus declaretur, qui in ipsa extremitate mundi et ultimis hujus Provinciae regionibus constituti, aut exiguam aut paene nullam rectae eruditionis notitiam contingerunt*». (A. Caetano do Amaral, *Vida e opusculos de S. Martinho bracarense*, Lisboa 1803, p. 25).

Pode aduzir-se, é certo, que já debaixo da influência duma civilização culta, como a romana, aos penhascos informes se recorria também neste rincão da Galécia, para escavar piscinas cultuais como as que restam em Panóias, de Trás-os-Montes, nas quais se encontram inesperadas analogias técnicas com as pias tumulares cristãs, a que me tenho referido¹. Há nos fragões de Panóias grupos de fossas rectangulares, munidas de rebordos para receberem tampas, as quais, se abstrássemos das suas grandes dimensões (2^m,50 a 2^m,80) podiam bem passar por sepulturas alinhadas de um poliândrio; tal é a analogia da sua configuração.

O que se me figura, é que temos provas suficientemente fundamentadas de que estas sepulturas são mediévicas, dessa mais alta idade média em que uma anterior civilização, quasi envelhecida, teve de acolher dentro das suas fronteiras bandos indómitos, enxames, como se exprime Caetano do Amaral, de homens do Norte longínquo e, sacudida e subjugada primeiro, de fundir-se depois com os intrusos que, inferiores em civilização geral, traziam em si os germes latentes da independência, que os nobilitava de algum modo e os impulsos da rudeza nativa, que os acompanhava em alguns dos seus costumes.

Merece recordar-se que estas sepulturas rupestres, talvez porque nos faltem presentemente as suas tampas ou os fragmentos destas, têm-se revelado anepigráficas na sua quasi completa totalidade. (*O Arch. Port.*, XI, 369).

Não me tem parecido boa de explicar esta ausência de epitáfios. ¿A rudeza da época ou da região? Ela é de facto aduzida no 1.º concílio bracarense. ¿A precaução de ocultar o carácter cristão da sepultura? Mas depois da paz da Igreja (séc. IV) os fiéis não tinham necessidade de esconder, como anteriormente, as suas derradeiras jazidas². ¿A prudência de evitar represálias sobre os próprios mortos,

¹ Mais semelhantes são certas figuras que decoram algumas estelas pagãs trasmontanas (*O Arch. Port.*, v, 144, XI, 83, e *Portugalia*, II, 1.^a) e até o contôrno da lápide antropomórfica d-*O Arch. Port.*, v, 140 e 211; mas estas semelhanças não são intencionais. Vid. *Religiões da Lusitania*, III, 418 e 419; tais figuras são consideradas representações de portas; vid. *ibidem*, fig. 194, a p. 417.

² O concílio notável iliberritano, que se celebrou no princípio do séc. IV, comprova a existência de cemitérios cristãos na Espanha, exarando nos capítulos XXXIV e XXXV duas proibições que lhes respeitam: «*ne cerei in coemeteriis incendantur: ne foeminae in coemeteriis pervigilent*». (Jos. Saenz de Aguirre, *Collectio max. Conciliorum omn. Hispaniae*, vol. II, p. 31).

sugeridas pelo arianismo intolerante dos dominadores? Mas as conversões do suevo Teodomiro e depois do visigodo Recaredo deram-se ambas dentro do séc. vi e pode-se asseverar com precisão histórica, que só anteriormente se escavaram sepulturas rupestres *in campo*?

Se tivessem sido insculpidos quaisquer letreiros, deviam restar sem dúvida, pelo menos, os seus fragmentos, embora dispersos. Mas estes sepulcros teimam ainda hoje em guardar o mistério da sua exacta origem, como outrora talvez o da ortodoxia de seus ocupantes.

E contudo havia já então (séc. vi) no Sul do país sepulturas com epitáfios cristãos que chegaram até nós (*Inscr. Hisp. Christ.*, por E. Hübner, n.ºs 3, 11, 12, 13, de Beja, Évora, Marvão e Mértola)¹. Será esta particularidade consequência da mais elevada cultura que os habitantes do Sul haviam recebido da civilização romana, aí também mais antiga, e melhor alimentada pela proximidade das suas correntes de difusão²? Em parte, essa pode ser uma das causas, mas, por outro lado, as sepulturas com epitáfios supõe já o livre estabelecimento de cemitérios.

Na freguesia de Cabeça Boa, concelho de Moncorvo, existia uma sepultura rupestre em cujo exterior se lia *VIVI*, que o S.^{or} D.^{or} Leite de Vasconcellos interpreta por *vive*, correspondente à exclamação das sepulturas cristãs mais antigas. (*O Arch. Port.*, xi, 370). *Vivas cum tuis*: exclama-se na inscrição tegular n.º 193 (séc. iv) das *Inscr. Hisp. Christ.*, de E. Hübner. (Vid. Le Blant, *Inscr. Chrét. de la Gaule*, II, 625).

Os chamados *Cânones de S. Martinho*, insigne bispo bracarense

¹ Veja-se também *O Arch. Port.*, VII, 144, onde se rectifica um epitáfio mirtelense do séc. vi (a. 537); III, 290 a 292, e ainda I, 178 e 181. É digno de notar-se que, nas 13 inscrições aqui mencionadas, o onomástico dos defuntos pertence ao núcleo da população romanizada da Lusitânia, a saber: *Severus, Paulus, Venantia, Optatus, Rogata* (séc. v?), *Simplicius, Amanda* (séc. v), *Tiberius, Adjutor, Andreas* (grecizante). *Britto* é de origem ignorada. Na Galécia só em século posterior, o VII, é que aparece nome de pessoa (*Ermengon...*) e esse é germânico (E. Hübner, *Inscript. Hisp. Christ.*, p. VII e n.º 138). Porque esse silêncio das pedras galegas nos sécs. v, vi e vii?

² Os vestígios toponímicos da influência germânica no Norte de Portugal são porém mais numerosos e acentuados do que no Sul, o que julgo se pode explicar, não só porque o dilúvio arábico inundou por largo tempo estas últimas regiões, expungindo vestígios anteriores, mas ainda porque as influências germânicas nas províncias do Norte se radicaram e frutificaram principalmente no período ulterior da reconquista.

do séc. VI, proibiam aos clérigos o exercerem actos do seu ministério sôbre os *moimentos* dos campos (*super monumenta in campo*)¹.

Esta referência parece clara.

¿Que *moimentos* seriam estes senão as sepulturas rupestres situadas nos campos, em lugares aparentes e não soterradas? Ainda hoje a toponímia retém essa designação (*moimentos, moimenta*) em locais onde existem ou existiram sepulturas cavadas em rocha. Já o Evangelho da Paixão (S. Lucas, XXIII, 53) diz: *et posuit eum in monumento exciso*. O cânone coloca em opposição a cláusula *super monumenta in campo* à outra seguinte *aut in Ecclesia aut in Basilica*; acolá não havia templo, mas um monumento, qualquer que êle fôsse, aparente em todo o caso; e êsses monumentos eram sepulcrais, pois que a proibição diz adiante que, só na igreja ou basílica, é que os clérigos podiam *pro defunctis oblationem offerre*, e contudo nos templos não podiam fazer-se enterramentos, como veremos ainda.

Êste género de sepulturas já existiria pois, pelo menos no séc. V-VI e ainda sob o domínio dos Suevos. O que há aqui de importante é a designação *monumenta*, porque o apôsto *in campo* caracterizava apenas a situação dos cemitérios cristãos em geral (e até dos pagãos) fora das povoações, dos quais a cerâmica fragmentada, que ainda surge em alguns casos nos terrenos circunjacentes, representa os derradeiros indícios².

¹ É o cânone LXVIII que A. Caetano de Andrade traduz: «Sôbre não ser lícito celebrar missa sôbre os moimentos dos mortos. Não convém que os clérigos ignorantes e ousados vão exercitar os ministérios e distribuir os sacramentos no campo sôbre os moimentos; mas, ou na igreja, ou em basílica, onde estão depositadas relíquias de mártires, aí ofereçam a oblação pelos defuntos». Esta compilação, que se intitula: *Collecção de Canones ordenada por S. Martinho Bracaraense, publicada por ordem de . . . D. Fr. Caetano Brandão* (Lisboa 1803), é considerada, pelo erudito académico, posterior ao 2.º concílio bracarense do a. 572; mas a proibição aparece ainda em outra compilação do séc. VII, à qual o mesmo autor chama *Código Hispânico*, o que mostra que continuava a ser necessária na permanência das mesmas condições. (Cf. J. S. Aguirre, *op. cit.*, III, 218). Veja-se também a nota adiante.

² O facto, que me agora interessa, é a existência dos *moimentos* dos campos, pelo menos no séc. VI, e não pròpriamente as proibições exaradas nos cânones bracarense, tanto dos clérigos *ministeria portare aut distribuere sacramenta* junto dos moimentos, como dos fiéis *prandia ad defunctorum sepulchra deferre et sacrificare de re mortuorum*, factos estes significativos e também muito curiosos. (Vid. J. S. de Aguirre, *op. laud.*).

Um autor francês, hoje quasi esquecido (De Caumont, *Cours d'Antiquités*, VI, 190), occupando-se da sepulcrológica da alta idade média, aduz o testemunho de Gregório de Tours (séc. VI) na sua obra *De Gloria Confessorum* (cap. VIII) para mostrar que na Gallia também os primeiros cemitérios cristãos eram, como em Roma, fora das cidades; e assim o corpo do primeiro bispo de Bourges, Orsino, *in campo inter reliqua sepulchra christianorum sepultura locatus est*. A expressão é a mesma que acolá, como se vê, se bem que se indica a contiguidade de outras sepulturas, isto é, o cemitério.

Na cristandade bracarense, pois, do que se tratava era dos *monumenta* situados *in campo*, isto é, de sepulturas aparentes, embora houvesse conjuntamente outras sepulturas não aparentes¹.

Mas é de presumir que estes sarcófagos brutais estivessem em uso desde parte do séc. V, com a apostasia dos Suevos, suposto que neles se inumavam os católicos, população romanizada; ainda no séc. VI, a Igreja bracarense só consentia condicionalmente que os fiéis das dioceses sufragâneas acercassem dos templos, sob as alpendradas, as suas jazidas tumulares, porque dentro daqueles só podiam recolher-se os corpos venerandos e sagrados dos mártires². Isto era o sintoma do comêço do desuso daquelas sepulturas isoladas ou afastadas, motivado pelas duras lições dos passados tempos.

É o cânone XVIII do 1.º concilio bracarense, celebrado no ano de 561, que impõe esta disciplina com palavras que transcrevo: «*Item placuit ut corpora defunctorum nullo modo in Basilica San-*

¹ A aproximação do texto do santo bispo de Braga com este género de sepulturas já tinha sido feita pelo S.^{or} D.^{or} Leite de Vasconcellos nas *Religiões da Lusitania*, III, 563.

² Estes usos encontram-se também consignados pelo italiano P. Sixto nas *Notiones Archaeologiae Christianae* (I, 230), o que abona honrosamente o seguro critério do escritor português do início do séc. XIX, ao expor estes pontos. Traduzindo, extraio daquele: O uso de sepulturas nos adros prevaleceu depois da paz da Igreja, quando os cemitérios em roda das basilicas construídas sobre os túmulos dos mártires se tornaram mais seguros. Pouco a pouco, estas sepulturas, por causa da devoção para com os mártires, occuparam o circuito e o átrio da igreja e finalmente a própria igreja». Um autor francês, Ed. Corroyer, em *L'Architecture Romane*, fala da igreja rural de Santa Cruz de Montmajour, perto de Arles, que está rodeada de sepulturas cavadas na rocha; a construção data, segundo o autor, dos primeiros anos do séc. XI. Temo-las também cá em volta das igrejas românicas e já em Lourosa anteriores, segundo parece, ao séc. IX.

*ctorum sepeliantur, sed, si necesse est, de foris circa murum Basilicae, usque adeo non abhorret*¹. O fundamento da condicional *si necesse est*, escapa à minha compreensão, a não ser que o espírito do concílio fôsse a preferência para os cemitérios *in campo* e só, em caso de necessidade, em volta das igrejas ou basílicas.

A tendência dos fiéis para a *tumulatio ad Sanctos* era geral, porque pensavam que a proximidade das relíquias dos mártires solicitava a protecção dos santos, não só para a conservação da sepultura, de que se fazia depender a ressurreição dos corpos, mas até para o propício julgamento final²! As proibições eclesiásticas para a inumação nas igrejas foram sucessivas, o que revela a existência da corrente contrária.

Aludo a estes factos para comprovar dum modo genérico a antiguidade dos poliândrios *in campo*, aos quais pertenceriam muitas das sepulturas rupestres, e a incompatibilidade entre a celebração dos mistérios divinos e a permanência de cadáveres dos fiéis no mesmo local.

A forma ou planta destas sepulturas era muito frequentemente trapezoidal, o que não deverá surpreender-nos, visto que se trata

¹ E continua: «*nam si firmissimum hoc privilegium usque nunc («até agora», acentua bem significativamente o texto que transcrevo) manet Civitates, ut nullo modo intra ambitus murorum cujuslibet defuncti corpus humetur, quanto magis hoc venerabilium martyrum debet reverentia obtinere.* (J. S. de Aguirre, *Collectio max. Conciliorum omn. Hispaniae*, III, 181; onde se ocupa do *Synodus Bracarenensis I*. Veja-se também Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja Portuguesa*, I, 56). O espírito desta doutrina era tam uniforme, que uma autorizada obra de arqueologia cristã cita um cânone dum concílio de Trebur, no qual cânone se estatui: *Nemo enim in ecclesia sepeliatur, nisi forte talis sit persona sacerdotis aut cujuslibet justi hominis, qui per vitae meritum, talem vivendo suo corpori defuncto locum acquisivit. Corpora antiquitus in ecclesia sepulta, nequaquam projiciantur, sed pavimento desuper facto, nullo tumulorum vestigio apparente, ecclesiae reverentia conservetur. Ubi vero hoc pro multitudine cadaverum difficile sit facere, locus ille coemeterium et polyandrium habeatur, ablato inde altari et constituto ubi religiose sacrificium valeat offerri.* (D. F. Cabrol & D. H. Leclerc, *Dict. d'Archéol. et Lyturgie*, s. v. *Ad Sanctos*, que extrafu de Labbe, *Sacrosanta concilia*, IX, p. 450, cân. XVII, ano de 895).

² Uma inscrição cristã de Roma do a. 382 expressa-se bem concretamente acerca desta piedosa aspiração dos fiéis: «*[quod multi cupi]unt et rari accipiunt*». É citada por D. F. Cabrol & D. H. Leclerc, s. v. *Ad Sanctos*.

de inumações cristãs, ainda não muito afastadas dos seus protótipos, que eram os *loculi* das catacumbas, cavidades também a maior parte das vezes trapezoidais, segundo o assêrto dos arqueólogos. Na Gallia, donde irradiaram os visigodos para cá, as *auges* cavadas nas rochas do solo dos cemitérios e que têm, como cá, aparecido debaixo dos templos românicos, eram trapezoidais e até mumiformes¹.

A referida configuração das sepulturas em rocha não é índice inútil para a capitulação da antiguidade dêsses túmulos, que não podem ser da época romana, como já se tem escrito. Algumas na verdade são ainda rectangulares, forma adoptada nas inumações daquela época e que reapareceria nos tempos agitados de transição².

Esta identidade de forma entre as cavidades subjacentes ou contiguas às igrejas românicas e anteriores a elas e as sepulturas propriamente rupestres permite afirmar que se trata da mesma série sepulcrológica, mais ou menos extensa na ordem dos tempos. Ora

¹ «... *hujusmodi autem cava, ubi corporum capita declinanda essent, largiora effodiebantur*». (*Notiones Archaeologiae Christianae* a. P. Sixto, I, 234); isto nas catacumbas.

Quanto à Gallia não faltam testemunhos; veja-se por exemplo a obra de Barrière-Flavy, *Études sur les sépultures barbares, passim*, e a bibliografia já citada n-*O Arch. Port.*, x, 16 sgs.

² Também foram consideradas arábicas. Não seria porém fácil encontrar uma explicação para a circunstância de serem mais frequentes precisamente nos lugares portugueses, que os árabes menos aqeceram. E parece-me que, sendo isto o que em realidade se observa, essa atribuição é imaginosa. No *Boletín de la R. Acad. de la Historia*, de 1886 (vol. IX, p. 265), descreve-se um poliândrio de sepulturas rupestres trapezoidais e algumas antropeóideas, as quais continham esqueletos que olhavam o Oriente. Não se menciona a colheita de espólio algum. Junto dos sepulcros havia grutas artificiais com nichos, mas eram de construção posterior àqueles. São atribuídas pelo autor aos judeus de Segóvia porque, na *Historia de la insigne ciudad de Segovia*, por Colmenares, se lê que o sitio se chamava, em 1460, *Peñas del fonsário de los judios*.

Na referida publicação, vol. x de 1887, p. 215, menciona-se outro poliândrio de mais de 30 sepulturas cavadas na rocha, mumiformes e ainda tapadas. Os esqueletos estavam também orientados. Dentro de um, apenas, é que se encontrou um tejo partido com sinais ou caracteres que não puderam ser decifrados. Ocupavam a superfície dum penhasco onde, além disto, havia escadas. Chamavam-se *Sepulcros de Gayanzos*, partido de Villarcayo, ao norte de Burgos.

Não se colhe dêstes factos nenhum elemento de atribuição decisiva. A analogia com as nossas sepulturas rupestres é que é muito presumível. No Museu do Carmo (Lisboa) há lápides judaicas trapezoides.

ninguém ousará supor que tenham sido romanas, isto é, pagãs, as cavidades a que primeiro me refiro e que bem poderemos chamar pre-românicas. As condições sociais e cristãs é que poderiam ter variado. Atribuir pois as sepulturas rupestres desta região a uma sepulcrológica diversa da cristã seria enjeitar a homogeneidade e uniformidade, que me parecem irrecusáveis, daquela série.

Mas o facto de serem sepulturas aparentes também dificulta que possam ser atribuídas a tempos anteriores à paz da Igreja, apesar dos cuidados impostos pelo concílio de Elvira. Por outro lado, as violentas perseguições do arianismo no séc. VI, poderiam suscitar novas precauções contra a violação das sepulturas. A deficiência de epitáfios é, em todo o caso, considerada um índice de antiguidade na sepulcrológica cristã em geral.

Por vezes estes sepulcros encontram-se em sítios ermos e distantes dos lugares povoados, não se descobrindo, nas imediações de alguns, vestígios de que, em épocas passadas, tivesse diferente aspecto o local. Talvez uma das explicações destes factos, aliás menos comuns, esteja em uma referência que se encontra no cânone VI do 2.º concílio bracarense, reunido no ano de 572 (*Collectio* citada, p. 12); fala-se aí em templos fundados por meros particulares *in terra sua*; acresce a isto que a disciplina eclesiástica em rigor não obrigava os cristãos à sepultura em cemitérios (*Dict.* referido, s. v. *Cimetière*); a conjugação destas duas notícias faz supor que alguns cristãos, possuidores de bens fundiários, elegiam, dentro das suas próprias terras, o lugar para a sua sepultura, ou por um sentimento de vaidade, ou por motivo de segurança. Rigorosamente o aludido cânone fala em *basilicas*, mas das suas expressões se infere que nenhum sentido diverso applicava aos termos *ecclesia* e *basilica*. Cf. *Collecção de cânones, etc.*; p. 329.

Não havia, pois, só os aglomerados de sepulturas. Autores há franceses que pensam que os sepulcros isolados corresponderam a inumações de personalidades de categoria elevada. ¿Será porém essa a explicação das nossas sepulturas rupestres dos descampados? A ignorância completa, que a arqueologia portuguesa tem acêrca do conteúdo dessas campas, não permite responder senão hipoteticamente¹. Dificil será que haja destas sepulturas anteriores à paz

¹ O problema é interessante, mas não me proponho agora desenvolver mais este assunto, para o qual não colhi decisivos elementos. Seria preciso começar pela geografia completa das sepulturas ru-

da Igreja. Mas nesse tempo, *quivis locus, ager, solitudo, navis, stabulum, carcer, instar templi erat ad sacros conventus peragendos*, segundo S. Dionísio de Alexandria citado na *Colecção de cânones*, etc. Por maioria de razão, os enterramentos se faziam de modo que desorientassem os pagãos ou não católicos.

Ocorre agora perguntar: ¿Até quando predominaria este sistema inumatório? Não estou a versar, senão por incidente, este problema arqueológico; mas o que é certo, é que em Portugal há também igrejas românicas rodeadas de sepulturas cavadas no lajedo do solo, indubitavelmente anteriores umas, coevas outras.

Dêses poliândrios cristãos de sepulcros aparentes faziam parte inumações soterradas e não aparentes com caixas ou cofres forrados de *tegulae*, tais como hoje as encontramos em escavações. É por isso que os fragmentos dessa cerâmica ainda juncam o solo, provindo ou das sepulturas ou dos telhados das capelas ou igrejas, visto que não era provável que se fabricassem *tegulae* só para os cemitérios, mas sim que as sepulturas se fizessem com *tegulae*, enquanto os templos ou mesmo as habitações as utilizavam.

No séc. XIII já aparece na legislação consignado o facto dos cemitérios permanecerem em volta das igrejas. A compilação de Afonso X de Castela, conhecida por as *Siete Partidas*, denuncia-nos uma das razões para que as sepulturas cristãs fôsem próximas das igrejas; é que nesse âmbito os diabos não tinham o poder de se chegar tanto aos cadáveres¹. Era ainda o espírito da antiga e ingénua crença, a que acima aludo.

E já mencionei a igreja de Lourosa, que é atribuída ao séc. IX, e que encobre já, debaixo das suas paredes, sepulturas cavadas na rocha chistosa da região. (Vergílio Correia, *A Igreja de Lourosa da Serra da Estrêla*, p. 7).

pestres; depois relacionar a sua densidade com o elemento geológico das várias regiões do país; fazer os confrontos suscitados pelo resultado a que se chegasse; e, por fim, chegar ao rigoroso apuramento cronológico destas antigualhas, esquadrinhando o possível relacionamento com o que se sabe da disseminação dos bárbaros e da distribuição das sédes das antigas dioceses lusitânicas e a situação dessas sepulturas.

¹ Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal*, I, 527. Pensa este egrégio publicista que já no séc. XIII aquelas leis deviam ter influência em Portugal.

O que o raciocínio pode sugerir é que, consentidas e generalizadas as inumações junto das igrejas, os poliândrios e os moimentos dos campos passavam ao esquecimento e à inutilização gradual. Dessa época provirá o esvaziamento, senão a violação formal, dessas campas rupestres e a dispersão das ossadas revolvidas.

O que se apura, pois, é que no séc. VI ainda a igreja bracarense defendia os templos da onda, aliás suplicante, dos fiéis que aspiravam a dormir o derradeiro sono junto dos beirais sagrados¹; mas os autores referem unânimemente que o rigorismo começou de enfraquecer já no séc. VII.

É possível que a unificação das leis das duas raças, germânica conquistadora e indígena dominada, no meado do sec. VII, contribuisse para este fenómeno de transição (Gama Barros, *op. cit.*, I, 11).

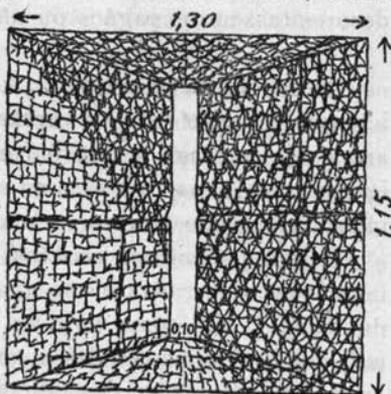


Fig. 1

*

Um dos mais curiosos monumentos destas redondezas é a velha torre de D. Mendo. Façanhoso cubo de silhares de granito, ainda serve de habitação, não senhorial é certo, mas de carácter rural.

Na base mede 10^m,30 por 10^m,12 por lado e altura 17 metros. Tinha três sobrados a construção mediéevica. Na face nordeste, no piso superior duas sêteiras e a noroeste, três; o cunhal da entrada é ao norte. As sêteiras inferiores tinham a soleira ou parapeito horizontal e não de rampa; neste piso eram quatro, isto é, uma em cada face, e todas ocupam, em altura, três fiadas horizontais das cantarias.

Era neste andar que estava construída a latrina saliente da parede, como era de uso nestes edificios. No piso de entrada havia uma grande sêteira voltada para sudoeste (fig. 1),

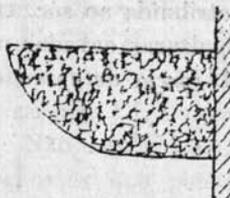


Fig. 2

¹ A nossa expressão *cemitério* tem, por intermédio do latim *coemeterium*, a ascendência grega dum verbo que significa «dormir» e que reflecte a crença na ressurreição (*Apud op. cit.* de D. Cabrol & D. Leclerc, s. v. *Cimetière*). E demais, era expressão que os pagãos podiam ouvir sem suspeitar, diz um autor.

e das cortinas interiores da tórre, aos cantos, emergiam quatro cachorros de perfil redondo para servirem de suporte ao sobrado (fig. 2); reconheciam-se os vestígios de escadas. Medida a grossura da parede, obtive 2^m,15. Dou um corte e uma vista interior duma sêteira do piso superior (fig. 3).

A entrada da tórre era exteriormente ogival, com um vivo de 2^m,05 × 1^m,05 (fig. 4). Interiormente escondia um arco abatido, vendo-se dentro da ogiva ambos os couços superiores de pedra. A tranca da porta penetrava numa ranhura da parede, quando em

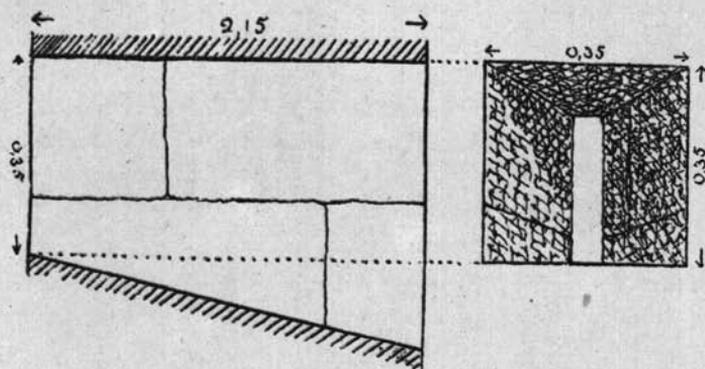


Fig. 3

reposou. A soleira fôra invertida, vendo-se as mechas das couceiras voltadas para fora.

Esta construção não se encontra isolada; protege-a, com uma cêrca de 14 metros, apenas em três das suas faces, uma muralha circundante, cuja espessura é de 1^m,32. A entrada para este recinto foi por uma porta de volta redonda com a largura de 2^m,32 e ficava contígua à tórre na cortina, com que se alinhava a um dos lados daquela.

Nas paredes interiores da latrina, viam-se os olheiros para a tranca do taipal e um rebaixo a quâsi toda a altura, onde aquele deveria encostar. (Viollet-le-Duc, *Diction. d'architecture*, s. v. *Latrine*, onde se vêem os tipos geralmente adoptados). As figs. 5 e 6 representam seu aspecto exterior e interior em diversa escala. A abertura para exterior mede 1^m,24 de alto, 0^m,60 de largo.

Obra da primeira dinastia, ao que parece¹.

¹ Veja-se *Instituto*, 1925, pp. 415 e 446, artigo do D.^{or} Figueiredo da Guerra: «Tórres solarengas do Alto Minho».

Nos *Port. Mon. Hist.*, na parte dos *Scriptores* (vol. I, p. 171), ao occupar-se dos *Livros de Linhagens*, lê-se: *E esta Gontinha Paes da Silva desde que lhe morreo D. Pero Oriz casou com D. Mendo*

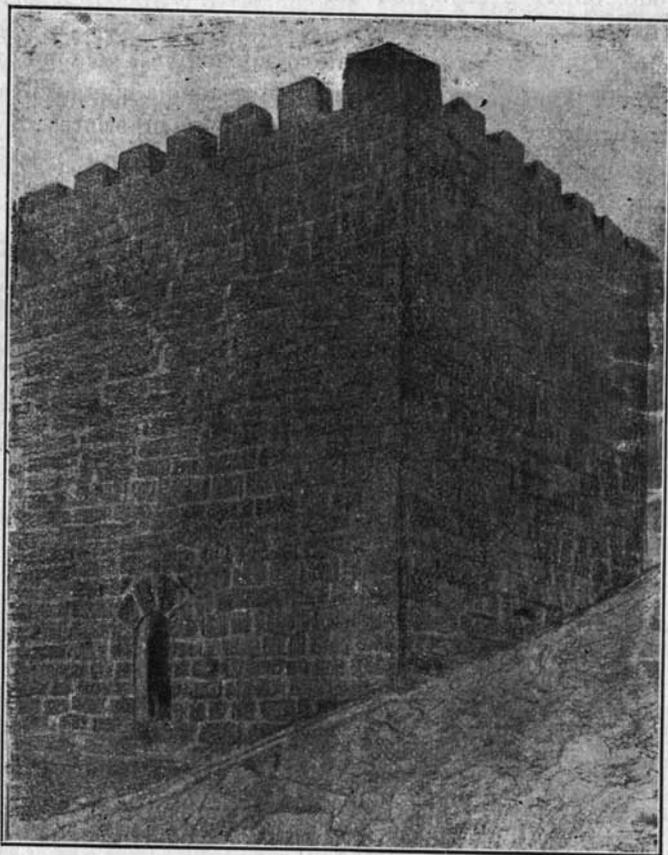


Fig. 4

Afonso de Refoyos e fege nella Garcia Mendes. D. Juan B. Lavaña no *Nobiliario de D. Pedro* (Roma MDCXL), pp. 43, 325 e 331, e as *Notas do Marquês de Montebelo* (p. 17) referem-se ao mesmo Mendo Afonso¹. Veja *Dissert. chron. e crit.*, por J. P. Ribeiro, III, I, 119, 362.

¹ Em outro passo do mesmo *Livro de Linhagens* (*ibidem*, tit. VII, p. 253) fala-se de um *comde dom Mondo* que era da *linhagem dos godos*, muito anterior a este D. Mendo de Refoyos, e a cuja descendência o texto faz pertencer D. Mafalda, primeira rainha de Por-

*

Visitei o celebrado convento de Refojos, de que porém não vou fazer nem a história nem a descrição; trasladarei apenas para aqui as leves e incompletas notas esparsas que tirei.

No claustro, ao correr da arquitrave há, em elegantes caracteres romanos monumentais, uma inscrição que diz:

ERA MCLXXI AEDIFICATA EST ECCLESIA PRIMA
ET ANNO DOMINI 1531 REAEDIFICATA

As colunas de fino granito são da austera ordem dórica e não sustentam arcadas.

Em uma parede interna d'este recinto há uma lápide embutida, na qual se lê em letras douradas do séc. XVI:

HOC COMITIS MENDI REQUIESCÛT OSSA SEPULCHRO QVI TEMPLO
HVIC ÔNES IPSE DICAVIT OPES OBIT ANNO DÑI 1142

Na capela-mór, encoberta pelo espaldar das bancadas, existe outra lápide, em cujos caracteres maiúsculos com *n* minúsculos e *r* também minúsculos do alfabeto cursivo, se lê: *Ecce Joannes Romeus hanc translatus.*

A cozinha é uma soberba quadra. As suas paredes são forradas de uma cinta de azulejos com pintura de festões floríferos sôbre fundo amarelo e de vitualhas em grupos. Noutra quadra, onde

tugal. Transcreverei a história d'esse aventureiro medieval: *O comde dom Mondo ueo de terra de Roma e era do linhagem dos godos. E ueo a Galliza, cuydando a ser rrey, com gram companhia de caualleiros e doutras gentes que troue por mar. E aqueceço assy aa ventuyra que quamtas náaos e galees e baixees trazia quebrarom todas no mar no cabo de Piorno que he em Trasentos, e portarom com ell cimque caualeyros e nom mais. E de huum delles veerom os de Trasentos, e do outro os Marinhos, e do outro os d'Ambroa, e do outro os Beltranes de Neudos, e de outro os d'Amrade de Braga. Este comde dom Mondo rrossou dona Joana Romaaes filha do comde dom Romaão irmão delrrey dom Affomso o casto. E mais abaixo, indicadas cinco gerações, tem: o comde dom Troyaz Vermuiz de quem descende D. Mafalda mulher de D. Affonso Henriques.*

havia uma estátua de S. Teotónio, que foi removida, a cinta ou o rodapé é todo azulejado, cobrindo o seu esmalte um fundo amarelo em que se vêem representados, em quartões, com pincel de largo e artístico toque, os hábitos de monges de diferentes países.

Na capela-mór, diante de cada assento dos cadeirais que a guardavam, havia um vão com pó de cal para a expectoração dos officiantes; podiam os monges regressar naquele dia ao murmúrio espesso dos seus salmos, que ainda lá encontravam, na mesma ser-

ventia, os escaninhos desinfectadores. E até um velho barrete eclesiástico, que num humilde canto se acolhera, não se eximiu à magoada impres-

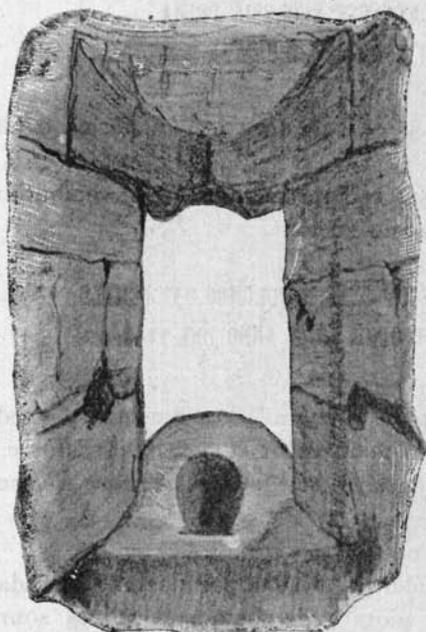


Fig. 5

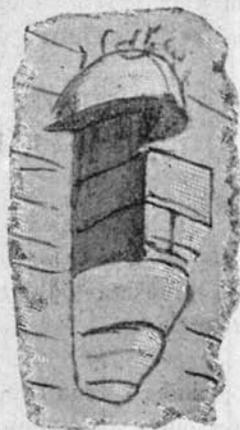


Fig. 6

são de desamparo que me deixa sempre a visita às velhas mansões monásticas, por nenhuma instituição moderna ainda substituídas, quanto a uma das suas prerrogativas mais úteis ao saber e ao trabalho — a continuidade.

*

Encontra-se no âmbito desta mesma freguesia de Refojos um apreciável exemplar de igreja românica com a invocação de Santa Eulália.

A planta do primitivo edificio é a habitual nos modelos que na provincia minhota ainda não rareiam: dois rectângulos desiguais em área juxtapostos por dois dos seus lados menores; o corpo da igreja tem pouco mais de vez e meia o comprimento da capela-mór. As pa-

redes do aquilão encostam-se dois corpos de edificios que poderão ser do séc. XVII, parecendo que o contíguo à oussia é, sem embargo, um tanto anterior ao outro. A seguir a estes dois corpos há, no mesmo alinhamento, um terceiro que atinge o cunhal imediato da igreja.

Escusado é lembrar que os poentes dourados esbraseiam de frente a ennegrecida silharia da fachada e do pórtico. O esbôço esquemático que junto da planta, aproximadamente na escala de $1^m = 0^m,005$, comprova esta breve descrição (fig. 7).

São dignos de referência os cachorros ou modilhões dos beirais. Adejava nesses ingénuos, mas lógicos ornamentos, a imaginativa e a filosofia dos nossos mestres architectos da idade média. Se muitas vezes, em alguns, transparece o espirito educativo cristão, em outros a sátira, talvez até pessoal, pelo que pode presumirse, vincava na pedra as pregas de uma mordacidade pungente e acerada. Alguns, porém, eram anódinos ou limitavam-se a reproduzir servilmente os exemplos da gramática de-

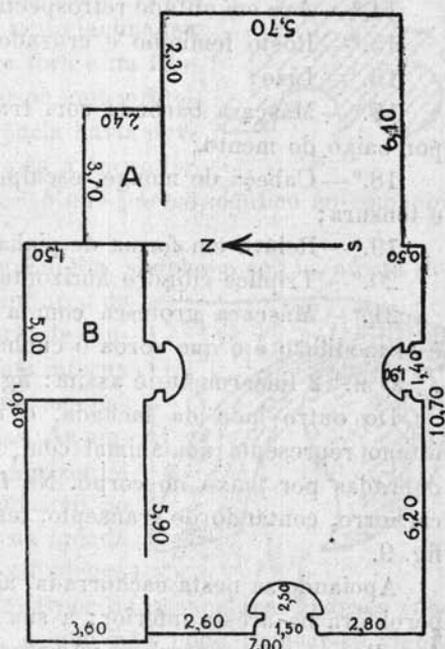


Fig. 7. — Escala: $0^m,005 = 1^m$

corativa, dos *bestiários* que andavam nas mãos dos canteiros. Lançaremos um olhar para a vária morfologia dessas pedras.

Começando o exame na face do ábrego, e seguindo da oussia para a frontaria da igreja, passando pelo cruzeiro, elaborei a seguinte série:

- 1.º — Focinho de animal;
- 2.º — Barril?;
- 3.º — Rosto feminino e mãos em prece;
- 4.º — Cara com uma trança do cabelo para a testa e a mão esquerda junto do mento cruzada com o braço direito ou no acto de segurar um rôlo;
- 5.º — Focinho de cão ou raposa;
- 6.º — Máscara humana já frusta;
- 7.º — Liso;
- 8.º — Relevos já apagados;

9.º—Rosto com uma trança na frente e as mãos aplicadas à barba, uma de cada lado;

10.º—Liso;

11.º—Focinho de suíno;

12.º—Dois rolos um tanto delidos;

13.º—Liso;

14.º—Ave em atitude retrospectiva no acto de debicar um fruto¹;

15.º—Rosto feminino e cruzados sob o mento os dois braços;

16.º—Liso;

17.º—Máscara barbuda com trança na frente e as mãos juntas por baixo do mento;

18.º—Cabeça de monge, esculpida em alto relêvo, com cercilho e tonsura;

19.º—Relêvo em forma de pinha imbricada;

20.º—Tríplice cilindro horizontal;

21.º—Máscara grotesca com a bôca escancarada pelas mãos; êste modilhão é o que coroa o cunhal do corpo da igreja.

O n.º 2 linearmente é assim: fig. 8.

Do outro lado da fachada, o modilhão correspondente a êste último representa um animal com o focinho já mutilado e as patas dobradas por baixo do corpo. Na face do N. a segunda mísula ou cachorro, contando do transepto, tem esta configuração cordiforme: fig. 9.

Apoiando-se nesta cachorrada, alonga-se uma espessa arquitrave perolifera na aresta inferior; a sua robustez destoa do curto beiral do telhas comuns que ali se vê presentemente; o emprêgo do telhado romano de *tegulae* e *imbrices*, pesados artefactos cerâmicos, não estava ainda pôsto de banda para a cobertura das igrejas da época românica².

Um instrutivo artigo do S.º Tito de Sousa Larcher, apaixonado defensor das antiguidades de Leiria, denunciou-nos que, na igreja

¹ Como na Sé Velha de Coimbra e em Vilar de Frades. Alguns dos confrontos que sugiro agora e adiante podem conferir-se na obra *A arte românica em Portugal* publicada pelo S.º Marques Abreu, do Pôrto.

² Na verdade só com uma dessas brutais telhas se pode explicar o episódio narrado nos *Port. Mon. Hist. (Scriptores, I, II, 250)*. No tit. III dos reis de Castela lê-se: *Reynou depôs elle elrrey Hanrrique seu filho, e amdando trebelhando deu huum tigello em beyra de huum telhado e deu a telha a elrrey na cabeça de que morreo, esto foy na era de mill cclii annos.*

românica de S. Pedro e no velho castelo daquela cidade, ainda foram encontrados curiosos fragmentos das telhas empregadas que obede-

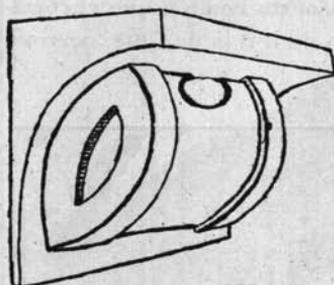


Fig. 8

ciam, com pequenas diferenças, ao sistema romano. Nas tégulas leirienses os rebordos eram um tanto inclinados para fora e na face inferior uma protuberância havia destinada a impedir

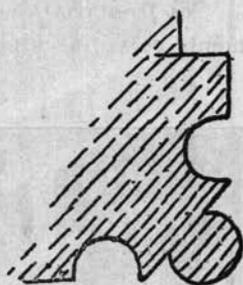


Fig. 11

que a telha deslizasse. O *imbrex* é que parece idêntico ao romano. (Vid. *Lusa*, iv, 10)⁴.

O pórtico da igreja de Santa Eulália, simples e sólido, afecta superiormente a forma regular dum arco de volta redonda, ornado dum rosário de contas ou pérolas, cravadas na aresta interna da única arquivolta que se apoia em impostas, também realçadas de bolas. As umbreiras, formadas pela silharia horizontal da fachada, têm um chanfro côncavo no ângulo externo, ao qual sucede na arcada superior um toro ou nervura cilíndrica, cujo belo relêvo é acentuado ainda por duas caneluras laterais côncavas com um senso artístico, a que não pode recusar-se vigor. (Fig. 10, e a secção da arquivolta na fig. 11).

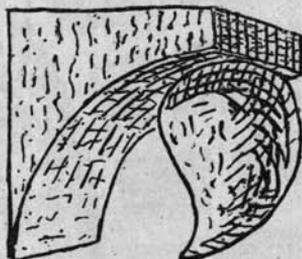


Fig. 9

Sobre o pórtico, a fresta rectangular, esguia e vertical, de aspecto defensivo e que, interiormente, alarga como sêteira de castelo. Nas

⁴ Referindo-se vários forais primevos aos *tegularii*, fabricantes de *tegulae* (em port. *teleyros*, *teieros*, *telleros* e *telias*, *teias*, *tellas* e *telhas*), o de Leiria (1142) não os menciona. Refere-os porém já o de 1195 e da vizinha Alcobaça (1210) e, como êste, os de Santarém, Lisboa e Coimbra (1179), de Xira (1212), Ega (1231), Monforte e Middões (1257), Aguiar (1269), Vila Viçosa (1270) e Castro Marim (1277). Lê-se, pois, no de Leiria: *Et habitatores de lereina habeant libere tendas, fornos panis, scilicet et ollarum . . . Et de fornis de telia dent decimam*.

A protuberância dorsal conservava-se ainda nas velhas telhas de Sintra. (*O Paço de Cintra*, pelo Conde de Sabugosa, p. 166).

costas da oussia, há outra fresta-sêteira com a comissura superior em arco.

Na frontaria a corrente do sino, tal decerto como a que curiosamente se vê insculpida no próprio granito da igreja de Cete, corroeu

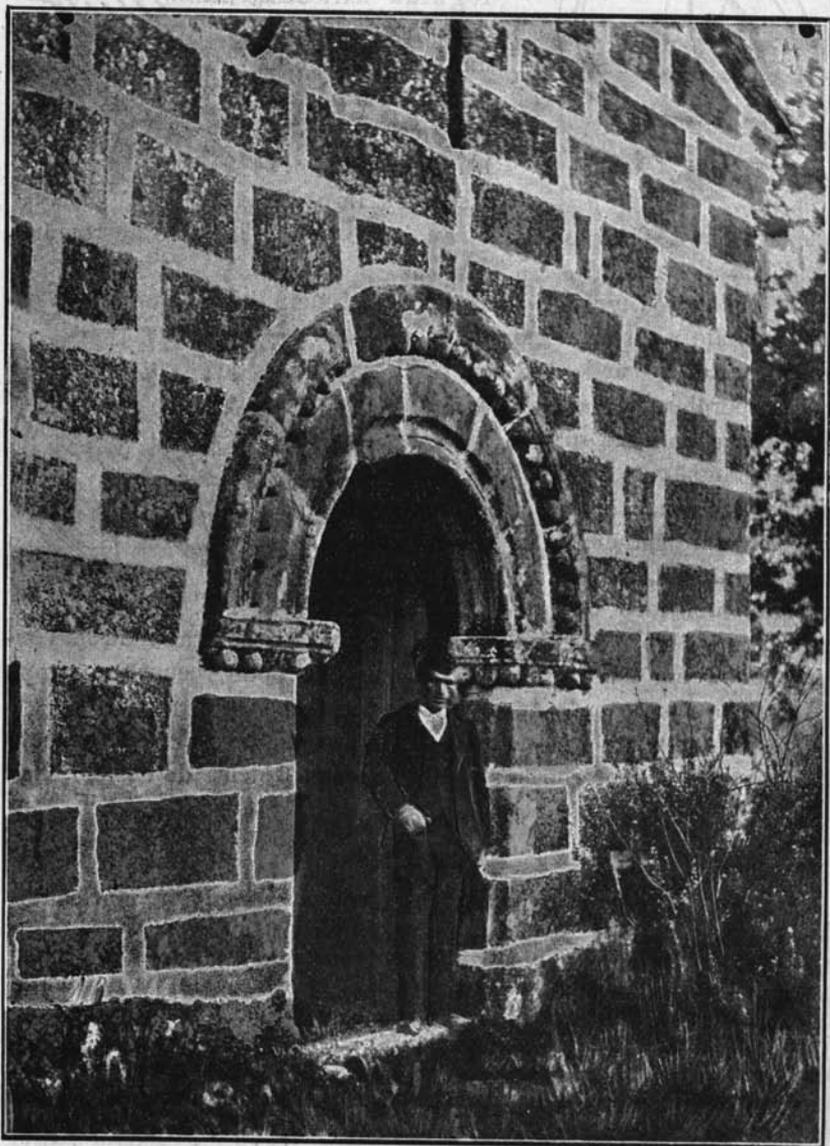


Fig. 10

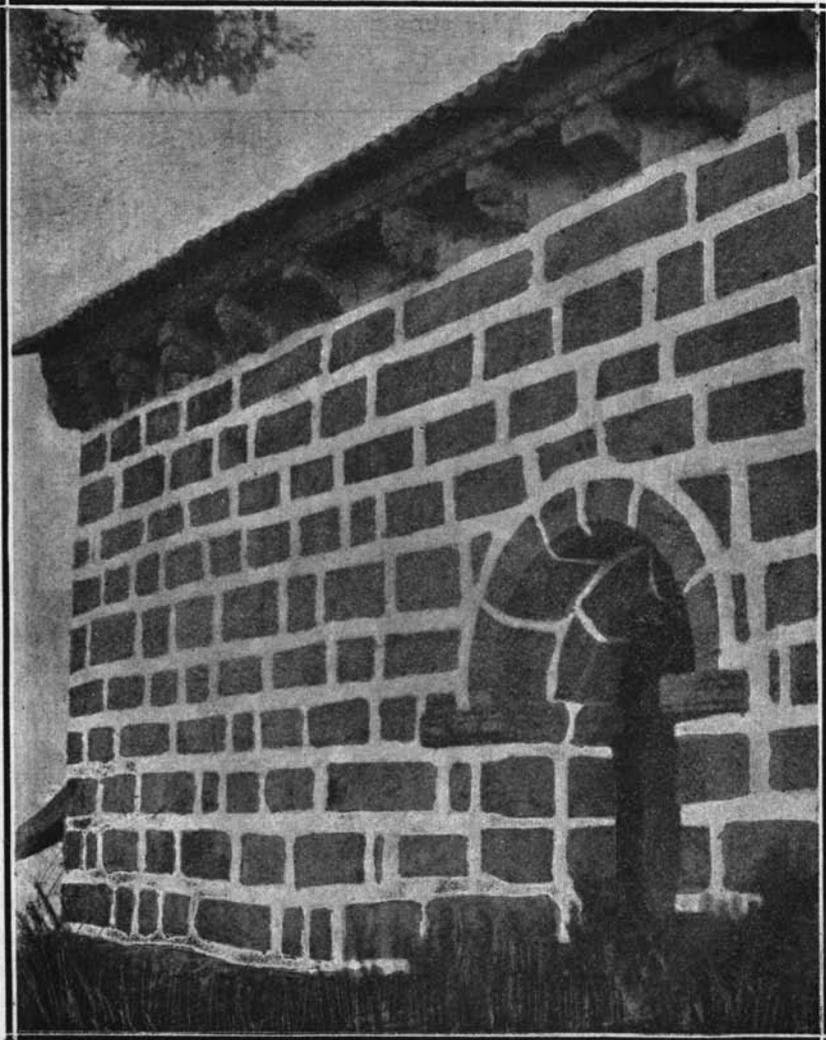


Fig. 13

a pedra, deixando um profundo e largo vinco que atingiu a arquivolta da entrada¹, como ainda se descobre na mesma figura.

¹ A intenção do canteiro de Cete foi reproduzir uma corrente de ferro, uma *gramalheira* (assim se diz no Norte), como elemento decorativo. Aqui temos um antecedente longínquo dos cânones ornamentais da arquitectura manuelina.

As outras duas fototipias abrangem dois trechos sucessivos da mesma face meridional da igreja. (Figs. 12 e 13). Uma terceira,

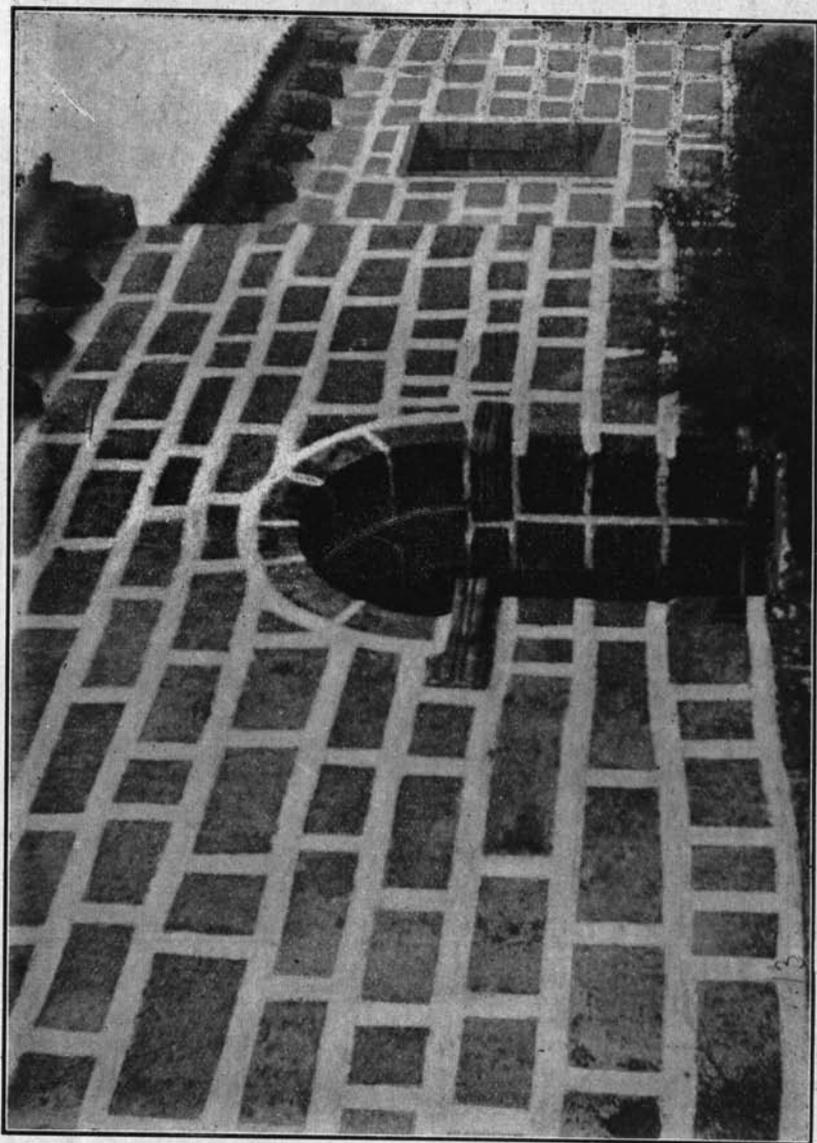


Fig. 12

reprodução de fotografia obtida com luz artificial, representa parte da cornija abrigada por uma construção contígua, do lado do N. (Fig. 14).

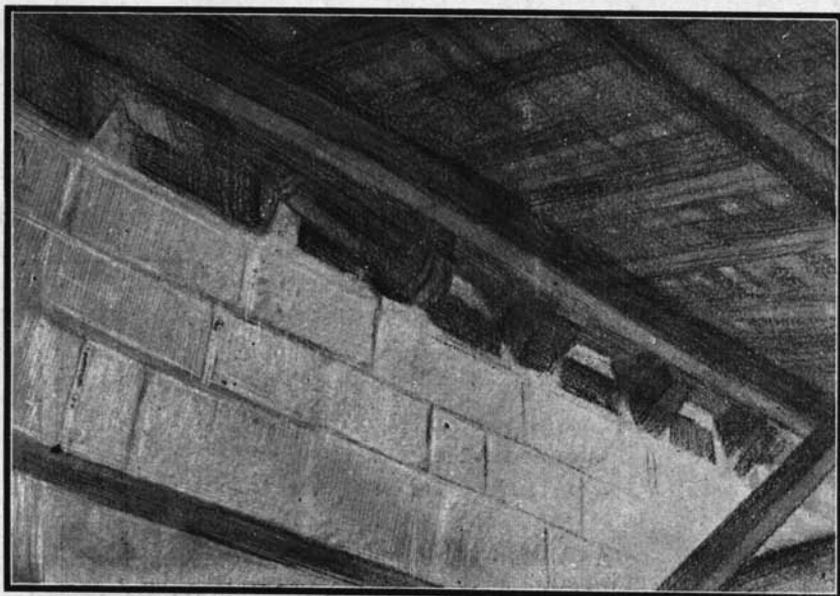


Fig. 14

Predominam os sinais cruciformes gravados nos silhares, na generalidade lisos; vê-se um na imposta esquerda do pórtico; na aresta chanfrada de uma das portas da igreja vê-se um signo, que chamaríamos ponto de interrogação. Na parede meridional vejo este da fig. 16.

Há outra marca que recorda um utensílio de pedreiro assentador, um nível de prumo, como ainda hoje se usa nestas províncias. (Fig. 15).

Nas empenas da fachada, nove

contas ornam as arestas salientes de rampa, de cada lado, interrompidas, no alto, por um acrotério horizontal de cunhais apurados, donde se ergue o campanário.

Este predomínio da ornamentação por meio de rosários de bolas exemplifica-se em bastantes exemplares românicos do país; por exemplo: na capela da Praça (Arcos de Valdevez)¹, nas igrejas de Roriz (S. Firmo), Cete (Paredes) e Fontarcada (Lanhoso).



Fig. 15

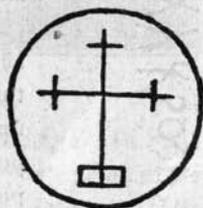


Fig. 16

¹ Vid. *O Arch. Port.*, XXI, 244.

@ R R d m i l c c c c e n t o s x x x d n o s s t e z c o d b d e e r t o m d n d o i i
 f d z c r

Fig. 17

*

Dentro da igreja de Santa Eulália encontra-se um sarcófago em forma de arca, protegida por um arcosólio, em cujas aduelas uma inscrição foi tôscamente gravada. (Fig. 17). É um cofre trapezoidal; na face superior e na cabeceira há uma cruz equilátera de braços flor-delisados inscritos em um círculo, dêste círculo descem dois longos traços incisos paralelos, com o ar de constituírem a haste da cruz; o conjunto simula uma cabeceira de sepultura com seu espigão. (Fig. 18).

As dimensões desta arca sepulcral são: comprimento: 2^m,13; altura: 0^m,87; largura dos topos: 0^m,72 e 0^m,65; flecha do arcosólio: 1^m,08.

A epigrafe contém o seguinte: *era d(e) mil e CCC centos xxx anos (e)st(ev)[o] l(ouren)ço abade esto mandou fazer¹.*

Estas paleografias provinciais são quasi sempre curiosas, como esta em que a mistura de maiúsculas com minúsculas dá ao letreiro um aspecto um tanto bárbaro. Os três CCC desempenham aqui a função dum número cardinal anteposto à palavra *centos* que leio completa. O dizer da inscrição refere-se decerto ao conjunto do túmulo e do arcosólio que o abriga.

Sobre o cofre sepulcral collocaram a pia baptismal, como se vê na fig. 19, em forma de pesado caldeiro de granito; um orificio no fundo, em comu-



Fig. 18

¹ Não me parece completa a leitura do Sr. P.^o Manuel de Aguiar Barreiros nas suas artísticas *Egrejas e Capelas românicas da Ribeira Lima*, publicadas durante a gestação tipográfica do presente estudo. Confira-se a gravura com a minha leitura.

nicação com o sarcófago subjacente, é utilizado para esvaziar a tósca piscina! O α e o ω litúrgicos da vida de fiel cristão!

*

Da margem direita do Lima dispus-me a passar à esquerda, transpondo o rio pela extensa ponte de tostada cantaria, que parte em duas a antiga povoação minhota. Sem embargo das mutilações

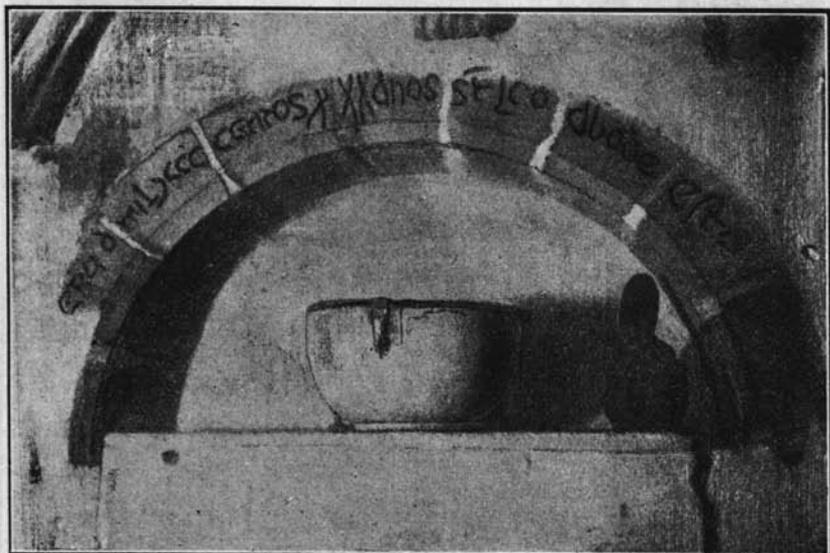


Fig. 19

sofridas, esta ponte é ainda um notável monumento. Quem a examinar, encontra nela uma parte romana e outra parte medieval. Esta ocupa uma extensão muito maior que aquela; os seus arcos são de ogiva e os tímpanos atravessados por olhais da forma de arcadas ogivais. É verdadeiramente um livro de pedra com a história da romântica vida.

Próximo da margem esquerda do rio, num pano da construção do lado de jusante, vê-se uma inscrição, com caracteres unciais, do tempo de D. Pedro I. Nela se comemorou não a construção da ponte, mas a do cinto de muralhas com as tórres que lhe davam o carácter militar e que vergonha foi apearem-se, uma em 1857 e outra em 1859 e 1862, segundo o que tenho visto informado.

Para aí foi ela do arco da Torre Velha, onde J. Pedro Ribeiro a leu (*Dissertações chronol. e crit.*, I, 379) e para o qual

remeto o leitor, advertindo-o porém de que, na transcrição daquele escritor, a data contém um lapso; é dar-nos LXXX em vez de LXXXX

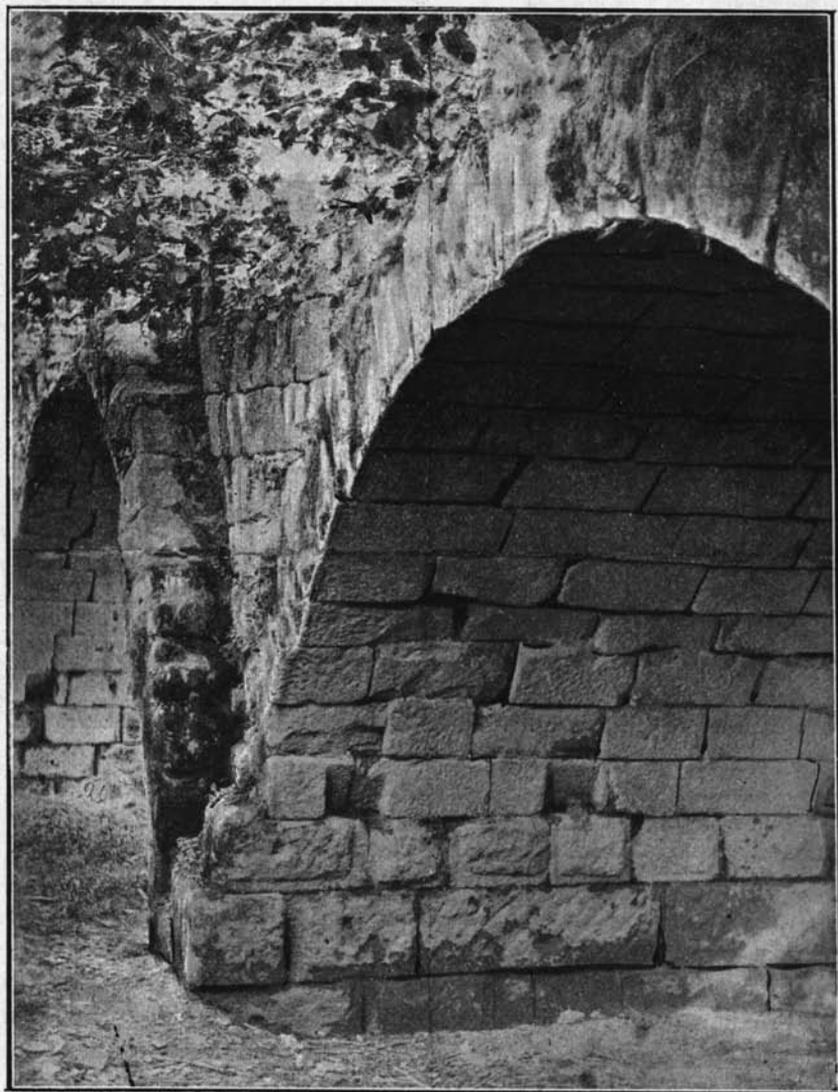


Fig. 20

(M.CCC.LXXXXVII) que é o que está na lápide, segundo me resenhou o S.^{or} P.^e Cunha Brito em resultado de leitura e exame directo da

pedra¹. Esta inscrição consigna que D. Pedro, na era de 1397, mandou cercar a vila (de muros), fazer as tórres da ponte pelo seu corregedor Álvaro Pais; a pedra começou a britar-se (B'TAR) em 8 de Março e a fundar (o alicerce) em 3 de Junho (ou Julho).

Os seus dizeres ocupam nove linhas; sete destas são mais curtas que as duas restantes; estas prolongam-se por baixo do escudo de armas a dezasseis castelos, descoroado. Para o autor referido devolve, pois, os curiosos destas antigualhas, porque de facto não fiz dêsse importante letreiro uma leitura pessoal por falta de tempo.

Mas a notável obra de arte, a que me refiro, precisa de mais algumas palavras, porque ainda espera uma condigna monografia.

*

Os últimos cinco arcos da ponte da margem direita do Lima são romanos característicos e autênticos; já o demonstrei na *Limiana*, n.º 2, de Agosto de 1912. São de volta redonda e de aduelas e silhares rusticados. Junto agora uma fotografia que obtive de favor. (Fig. 20). As pedras têm os vincos do *forfex*. São também de volta redonda os dois arcos mais próximos dêstes; o que por si só não prova que sejam romanos; pelo contrário, têm siglas como todos os restantes até a margem esquerda e a pedraria apresenta-se lisa.

Ê que têm sido erradamente considerados de fábrica romana os últimos sete arcos desta ponte; com razões seguras não faço tal juízo; romanos são só cinco; são êsses os que não têm pedraria siglada². Já depois que foi publicado aquele meu estudozinho, ape-

¹ Carta de 20 de Dezembro de 1916. «Se é esta a data em questão (pois me parece que na última linha também ha algo relativo a data) pode V. estar certo de que se trata da era de 1397 ou seja 1359 da era vulgar».

² O que é facto, é que nos silhares autênticamente romanos que tenho examinado, nenhuns sinais lapidares vi; e os que já E. Hübner (*Arqueologia en España*, p. 241) refere das muralhas de Tarragona, são por êste mesmo autor classificados de ibéricos. O relêvo lunuliforme que o S.^{or} D.^{or} Leite de Vasconcellos encontrou na ponte de Vila Formosa (Alter do Chão) é um símbolo de intenção cultural e não de laboração, como as siglas. (Vid. *O Arch. Port.*, xvii, 222). Sem embargo, os romanos usaram declaradamente do sistema de marcar as suas cantarias, até na sua architectura primeva; e não só em Roma, mas até nas províncias, como por exemplo no norte da África, já em basilicas dos sécs. iv e v. E o que admira é que em Portugal não se tenha, que eu saiba, dado conta dessas gravuras (R. Cagnat e V. Chapot, *Manuel d'Archéol. rom.*, Paris 1916,

lidado *Os Arcos romanos em Ponte de Lima*, fiz, em Novembro do mesmo ano (1912), nova inspecção a essa parte da ponte e medições, que ainda não tinha podido tomar e que me cumpre arquivar aqui.

Semanas antes da minha jornada, uma enchente colossal do Lima, «de manso feito irresistível braveza», tinha investido contra as guardas da ponte, precisamente no trecho romano, arrojando-as para o fundo. Explica esta preferência o facto do veio da corrente fluvial aproximar-se, nas ocasiões de cheia, mais da margem direita do que da esquerda, em consequência duma curva do álveo, a montante da ponte. Seria êsse o leito normal da corrente na época romana.

Examinemos pois os cinco arcos do antigo *pons*, começando pelo primeiro da margem direita.

1.º Corda do arco: 6^m,40; esta dimensão não é porém a da base ou afastamento dos rompantes da abóbada, visto que a areia erguera o leito, ocultando o nível do verdadeiro diâmetro e permitindo-me apenas medir uma corda, embora extensa.

2.º Diâmetro: 7^m,30. Entre êste arco e o seguinte, as fiadas inferiores da silharia são salientes, formando sapata.

3.º Diâmetro: 7^m,90. Do lado de jusante falta a êste arco a fiada terminal das aduelas; na base da abóbada e na parte interna mostra as cavidades ou agulheiros que serviram para os simples dos arcos; a boca dessas caixas é um quadrilátero mas as faces laterais são triangulares, o que dá à cavidade a forma interna dum estribo de caixa.

4.º Diâmetro: 9^m,75. Só as aduelas são romanas, os tímpanos são reintrantes e de época posterior, o que aliás sucede nos outros arcos. Na base do arco há também os agulheiros para as cabeças dos simples.

5.º Diâmetro: 11^m,60. Só as aduelas são romanas, porque não são lisas mas almofadadas; conhecem-se ainda os vincos do *forfex*, que são de secção triangular e não afunilados.

I, 10). Não as vi na Idanha-a-Velha, nem na aludida ponte viária de *Abelterium*; não fala delas tampouco o S.^{or} D.^{or} Vergílio Correia nos restos de Santana do Campo. As marcas de trabalho, nas cantarias medievais, podem estar ocultas na construção, por serem feitas antes do assentamento das pedras (e que o eram, mostra-o o facto de muitas letras estarem na construção, às avessas; veja-se J. M. Cordeiro de Sousa, *Marcas de Canteiro*, Lisboa 1928), e nem todos os artífices trabalhavam por tarefa, mas alguns decerto a jornal. (J. A. Brütails, *L'Archéologie du moyen âge*, Paris 1900, p. 202). A ponte de Chaves só tem marcas nas pedras de reparação (*O Arch. Port.*, xxii, 165).

A largura dos arcos, na base, e portanto da ponte romana aproximadamente, é de 7^m,20⁴; na de Alter do Chão, eu medi 6^m,71 a 6^m,93. (*O Arch. Port.*, xvii, 213).

Repare-se na progressão dos diâmetros desde a margem direita; a saber: 6^m,40 (corda), 7^m,30, 7^m,90, 9^m,75, 11^m,60. Sendo o pé romano equivalente a 0^m,30 e fazendo a redução, nota-se êste compasso, pôsto de parte o 1.º arco: 24, 26, 32, 38 pés (desprezando fracções). ¿O *pontifex* romano teria cometido aqui uma infracção da harmonia estética dum monumento de architectura civil, fazendo arcos não iguais entre si?

Ocorre a hipótese de que, a uma progressão crescente dos cinco vãos desde a margem direita, e expressa em parte pelo algarismo 6, correspondesse uma progressão decrescente desde o centro para a margem esquerda, numa disposição simétrica; mas só uma desobstrução dos sedimentos arenosos que invadiram os pègões dos arcos consecutivos ao 5.º, é que poderia responder a esta pergunta. Se assim fôsse, ficaria talvez explicada a tradição de que a ponte medieval está construída sôbre outra, ou melhor, sôbre os pègões de outra que as cheias tivessem arrastado².

Daqui resulta ser pouco provável que a ponte romana tivesse apenas a extensão de 5 arcos. Mas outro corolário pode tirar-se: é que, acusando os arcos romanos da ponte um diâmetro horizontal sucessivamente maior a partir da margem direita, também mais ele-

¹ É digna de atenção a seguinte nota que tomei: Em duas fiadas horizontais, e na parte dos silhares que é saliente e tem portanto uma superfície horizontal, há duas séries de *covinhas* como as consideradas pre-históricas; contudo a mais antiga época a que estas podem pertencer é a romana. Pequenas e iguais nunca puderam ter sido feitas pela água; são obra humana. Está recolhida no Museu Etnológico Português (Belém) uma pedra romana com idênticas *covinhas*.

² Não seria a tentativa dispendiosa, porque bastaria um poço de sondagem junto de cada pègão e talvez a dúvida se resolvesse antes de ser atingido o nível subterrâneo da água. Uma consequência poderia tirar-se desta pesquisa; era a averiguação da largura do rio na época romana. Daqui lembro aos pontelimeses, cujo louvável espírito regionalístico se tem já distintamente manifestado, a constituição de uma Junta de defesa em prol dos monumentos do concelho; o que seria, só por si, um acto de reparação nacional devida pelo vandalismo que arrasou as tórres militares da ponte mediéfica.

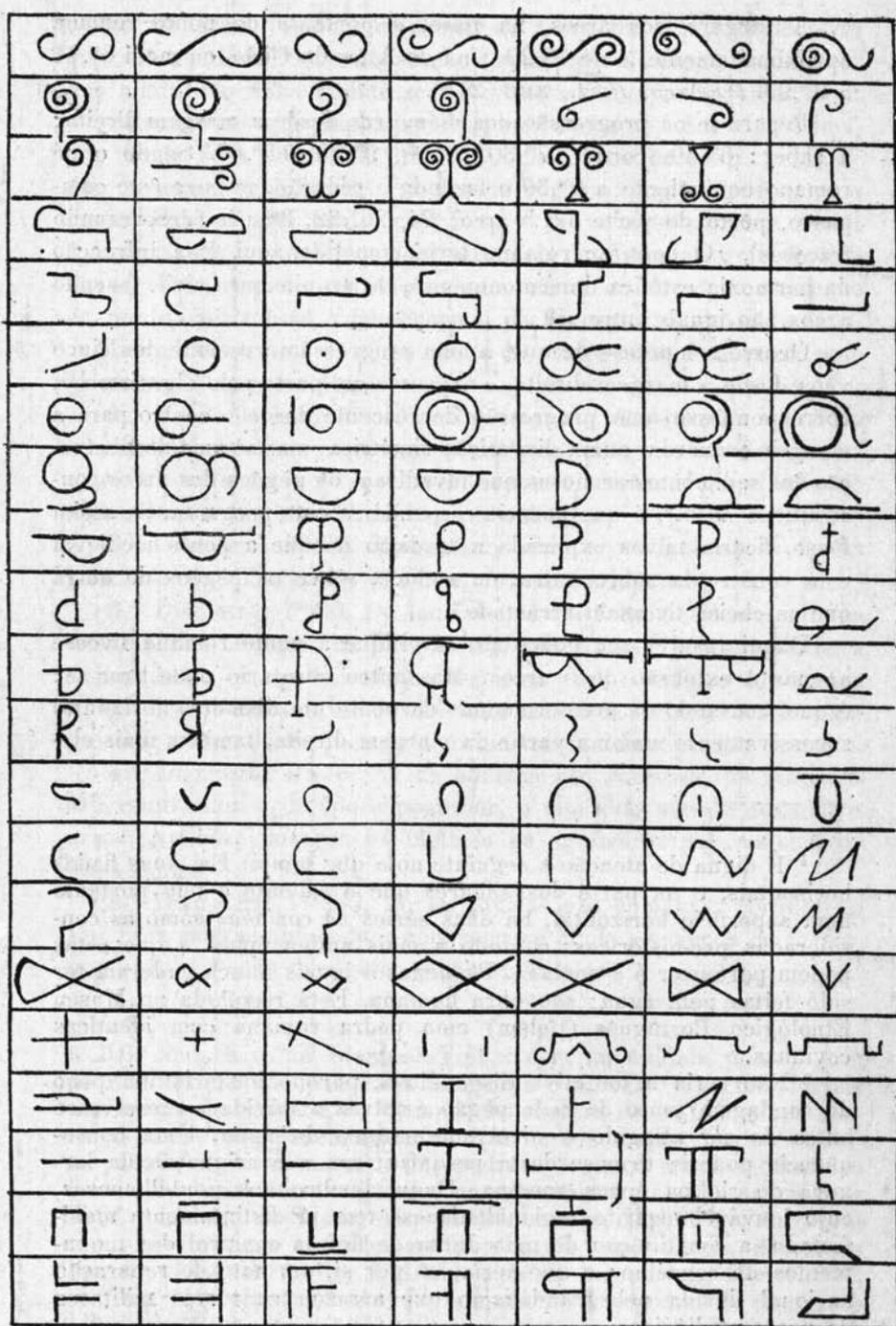


Fig. 21

vadas deviam ser as flechas correspondentes a essas diferenças, o que equivale a dizer que os arcos eram sucessivamente mais altos.

É provável que o leito desta ponte acusasse essa forma de cavalete em vez da habitual horizontalidade das pontes romanas¹, e assim a uma parte da ponte que tinha, suponhamos, 5 arcos sucessivamente mais altos a contar duma margem, deviam corresponder outros 5 cada vez mais baixos em direcção à margem oposta. O limite, aliás problemático, desta margem podia assim determinar-se com a fita métrica nas mãos.

*

Os silhares desta grandiosa obra no trecho mediévico estão marcados de siglas. Foram publicadas 102 em um artigo de Rocha Peixoto, de título «As siglas da Ponte», no *Almanaque ilustrado de O Comércio do Lima*, coordenado pelo S.^{or} António de Magalhães para 1909, p. 217. O meu amigo e professor que foi do Liceu de Ponte de Lima, P.^o J. M. da Cunha Brito, copiou ele próprio em 1908, a meu pedido, 159 siglas, inéditas em grande parte, com uma diligência, exactidão e trabalho dignos do maior elogio. Foi uma demorada tarefa, muito penosa e por vezes aborrecida. Têm porém singular mérito as cópias feitas pelo S.^{or} P.^o Cunha Brito, que é um extímio paleógrafo², e a quem tributo o devido reconhecimento pela estremada dedicação com que correspondeu ao meu pedido. (Fig. 21).

Algumas destas marcas são verdadeiras siglas, ou letras, e é digno de nota que o carácter paleográfico de bastantes delas revela arcaísmo. Observei em pedras duma pequena ponte que existe no concelho dos Arcos de Valdevez, e que é perfeitamente datada por uma inscrição de caracteres góticos, sinais idênticos mas que, paleograficamente, deveriam recuar-se até a época visigótica; refiro-me à ponte de Cabreiro, que é do séc. xv³.

Outras marcas representam esquemáticamente utensílios ou feramentas; por exemplo, cinco ou seis destas gravuras recordam chaves, e em uma capela românica daquele mesmo concelho (S. João

¹ Ainda hoje aí o pavimento da ponte não é horizontal.

² Bastará citar o seu estudo publicado em *O Arch. Port.*, XXI, 1, e XXIII, 8, e intitulado «Os pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima».

³ A ponte de Cabreiro fez parte de um estudo já publicado depois disto escrito na *Portugalia* (1928, I, n.^{os} 3 a 5), intitulado: *Pontes medievais nos Arcos de Valdevez*.

Baptista de Távora) encontrei precisamente uma marca idêntica. (*O Arch. Port.*, XXVII, 1).

Mas além destas, outras aparecem que não são letras, nem outras figurações mais ou menos conhecidas, como é o suástica, e contudo reproduzem-se em tempos e lugares distanciados; é possível que sejam esquemas de utensílios que hoje não reconhecemos facilmente; ¿doutra maneira como explicar esta coincidência? Chamou-me especialmente a atenção o signo da ponte de que me estou ocupando

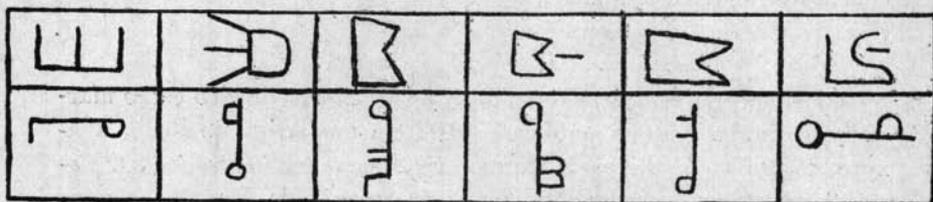


Fig. 22

(fig. 22, linha 1.^a, n.º 2). Precisamente o mesmo traz Possidónio da Silva do castelo ou da igreja de Freixo de Espada-à-Cinta¹. Ignoro o que seja.

Uma das letras que adquirem um aspecto, que dificulta por vezes o seu reconhecimento, é o *m* uncial, e contudo assim devem capitular-se as duas primeiras siglas da linha 8.^a da fig. 21.

Mas a verdade é que a maior parte das marcas não corresponde a sinais alfabéticos².

Além disto nota-se ainda, no dizer do Sr. P.^o Cunha Brito, que, se há gravuras que se repetem com freqüência, outras aparecem uma só vez ou com extrema raridade.

¹ Podem ver-se mais elementos de confronto em Estácio da Veiga, *Antiquidades de Mafra*, est. VI, da igreja de Santo André; Borges de Figueiredo, *Revista Archeologica*, I, est. XIX, da igreja primitiva de Odivelas; etc., etc.

² Em carta de 22-VIII-908 dizia-me o P.^o Cunha Brito, ao tempo professor do liceu de Ponte de Lima: «No fim dos exames destinei dois dias para percorrer a vila de Ponte à busca dos sinais dos canteiros que construíram as antigas muralhas e a ponte. Aí lhe remeto o resultado dêsse trabalho, não pouco maçador e ainda menos cheiroso. Os arcos da ponte, grandes e pequenos, abrigam perfeitas cloacas... Copiei essas garatujas o melhor que pude. A pouca firmeza das curvas, sobretudo nas espirais, que no original são muito perfeitas, indica a nenhuma prática, ou melhor, a minha completa inaptidão para o desenho. As proporções das figuras, dumas

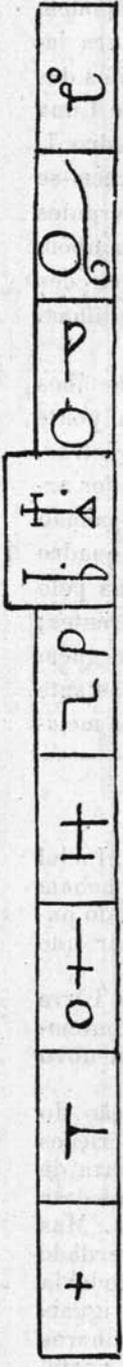


Fig. 23



Fig. 24

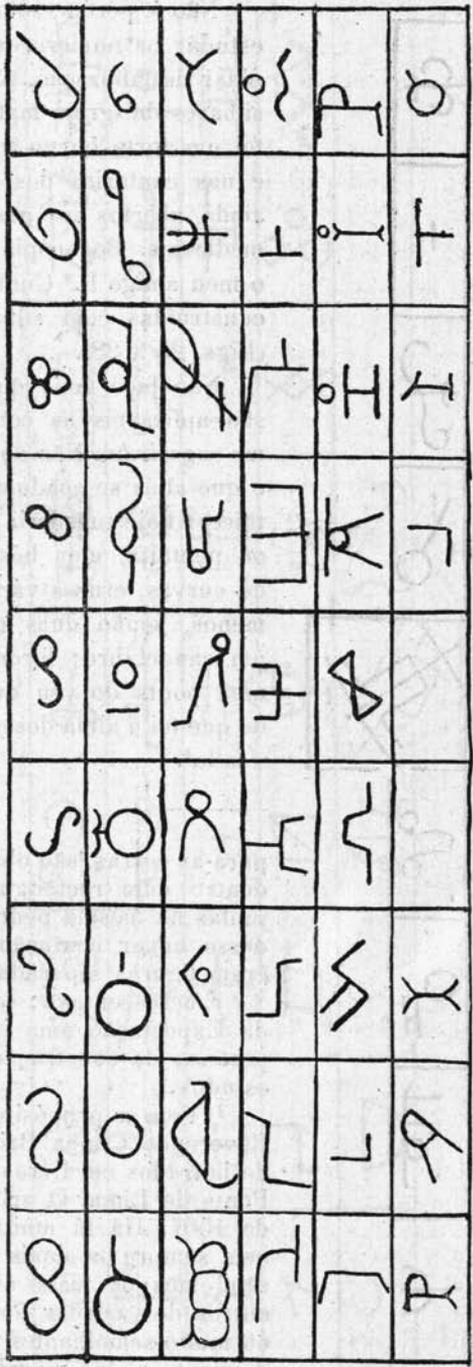


Fig. 25



Fig. 28

Não é, porém, só na extensa ponte que se podem estudar os numerosos exemplares da gravura lapidar de laboração. As figs. 23 e 24 são glifos dos silhares da igreja matriz. A vila de Ponte de Lima foi um forte burgo muralhado desde D. Pedro I, e nas cantarias dos muros e das tórres vêm-se ainda abertos no granito os sinais dos lavrantes medievais. Boa cópia deles me ministrou também o meu amigo P.^o Cunha Brito, percorrendo paredes construídas com silharia extraída das muralhas. (Figs. 25 a 28).

Não faço mais que reproduzi-los, porque lhes são aplicáveis as considerações que os da ponte me sugeriram. Não abundam também aqui as letras, o que aliás se coaduna com o analfabetismo dos artifices; hoje sucederia o mesmo . . . Um sino-saimão ou pentalfa, uma bésta, uma mitra, um esquadro de curvas, cruzes várias; uma figura obscena pelo menos, senão duas ou três de sexos diferentes; um candelabro; forcados de três dentes, erguem uma ponta do véu que nos oculta ainda bastante do que foi a alma desenfastiada e sarcástica da meia-idade¹.

para as outras, são observadas regularmente. Inclui dentro dum rectângulo as figuras que se acham juntas na mesma pedra, principalmente quando pudesse haver confusão ou se pudesse pensar que eram figuras separadas».

E acrescentava: «Julgo ter descoberto na Torre da Expectação uma inscrição em cursivo contemporâneo da construção (séc. XIV). Fica para novo estudo».

¹ Vem a propósito uma valiosa observação do Reverendo Cunha Brito feita sobre as subscrições de iletrados em livros das vereações da câmara de Ponte de Lima. O primeiro desses calhamaços data de 1567. Há lá muitas assinaturas de cruz. Mas nem sempre os sinais são cruciformes; na verdade são estes os mais usuais. Encontram-se todavia outros de variadas formas e alguns que são iguais ou muito semelhantes aos dos canteiros nos silhares da ponte e das muralhas, apesar de serem poste-

| | | | |
|---|---|---|---|
| | ∪ | ∩ | ≡ |
| | ∪ | ∩ | ≡ |
| | ∩ | + | ≡ |
| | ∩ | + | ∟ |
| * | ∩ | ∪ | ∟ |
| | ∩ | ∪ | ∩ |
| | ∩ | ∪ | ∩ |
| | ∩ | ∪ | ∩ |
| | ∩ | ∪ | ∩ |
| | ∩ | ∪ | ∩ |

Fig. 24

| | | | |
|---|---|---|---|
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |

Fig. 27

A semelhança dos signos lapidares dá-se em edificios distantes reciprocamente no espaço e no tempo; em monumentos espanhóis, por exemplo, não é difficil encontrar marcas de canteiros iguais às que ilustram este estudo; basta examinar a lâmina 1 da *Historia de la Arquitectura cristiana española*, por V. Lamperez y Romea (Madrid 1908, 1, 48). Dentro da mesma época, tratando-se de sinais alfabetiformes, a identidade deles não pode, em todos os casos, corresponder a migrações dos operários; é uma coincidência que provém da própria natureza dos glifos; o que succede ainda, é que a paleografia dos caracteres gravados na silharia reveste por vezes um aspecto de arcaísmo ou de sobrevivência, que estabelece um traço de união entre épocas distanciadas por alguns séculos¹. São letras isoladas que talvez filhos aprendessem de pais em gerações sucessivas.

Sem embargo, julgo que merece uma atenção especial a destriunça paleográfica das siglas dos lavrantes, pois que não é crível que, em uma determinada construção, erguida e acabada sem interrupções, não haja um conjunto de letras que não corresponda justamente à cronologia da época, e assim a indicação ministrada por este elemento de cálculo é, ao lado doutras e devidamente ponderada, atendível para a caracterização de qualquer monumento antigo.

*

Na margem esquerda do Lima, a breve distância da vila, uma ermidazinha muito curiosa me prendeu comovido a atenção; erguendo-se junto do adro da igreja paroquial da Correlhã, tem por orago

riores alguns séculos a estes (Carta de 4-xi-910). É de admirar? Não. De analfabetos são decerto as marcas-sinais dos canteiros, as quais eram, assim diz o próprio Possidónio, como que a sua assinatura. (*Tous les artisans du bâtiment depuis le simple ouvrier jusqu'au surintendant des travaux, ont volontiers signé leurs œuvres: le tâcheron, qui dressait la pierre de taille, y gravait sa marque dans le but intéressé de faire constater la somme de son travail. Il traçait un signe quelconque bien reconnaissable et facile à exécuter rapidement, assez souvent des figures géométriques, la forme sommaire d'un outil, un chiffre, une lettre L'usage de ces marques remonte à l'antiquité byzantine et au delà.* Extracto do *Man. Arch. Franç.*, 1, 71). Cf. com «Sinais quinhentistas», pelo D.^{or} Vergílio Correia, in *Terra Portuguesa*, v, 8.

¹ «On aurait tort cependant d'appliquer à ces sigles les règles ordinaires de ce que l'on a dénommé la paléographie murale». J. A. Brütails, *L'Archéologie du moyen âge et ses méthodes*, Paris 1900, p. 203.

Santo Abedão. Esta construção é uma joiazinha românica de muito interesse e digna de todas as solitudes para a sua conservação. (Fig. 29).

A planta do edificio é a costumada: dois rectângulos desiguais unidos por dois lados menores; o maior rectângulo é o corpo da igreja; o menor a oussia; na intersecção o arco cruzeiro.

O pórtico exhibe duas colunas cilíndricas nos dois ângulos reentrantes, que as umbreiras formam à custa da própria espessura da

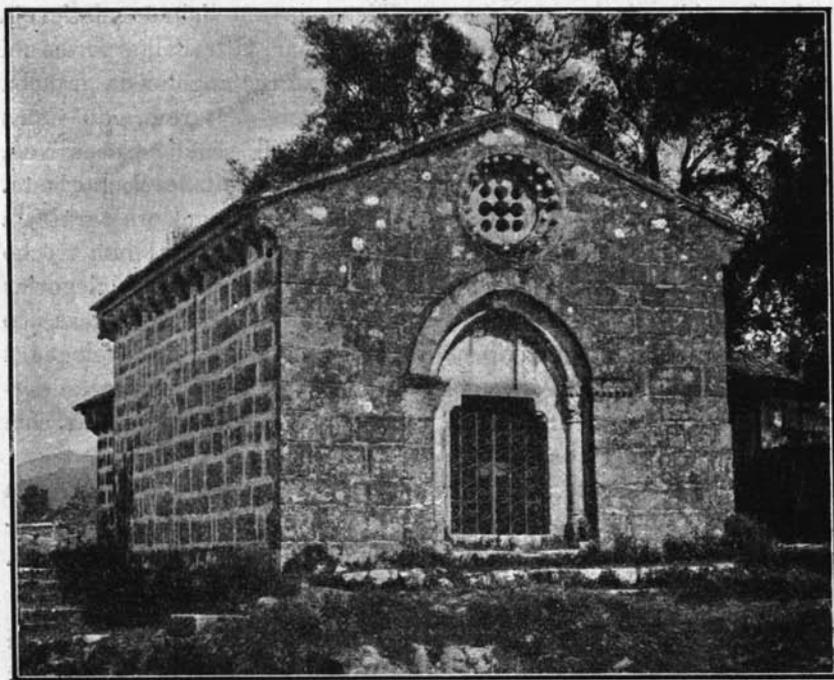


Fig. 29

parede. Sobre os capitéis poisam impostas ornadas na base, sendo a da direita levantada de bolas ou pérolas. O vivo da entrada conta na altura $1^m,80$; na largura $1^m,35$; e é limitado lateralmente, êle só, por umbrais que constituem a face frontal dos ângulos reentrantes em que se alojam os fustes das colunas e pela vêrga ou padieira horizontal do tímpano; nos cantos superiores dêste vivo, o mestre construtor evitou a dureza do ângulo recto que aí existiria, colocando de cada lado uma imposta de bisel côncavo, adornado de enrolamentos.

O aproveitamento destes elementos construtivos para um efeito ornamental devia fazer parte dos manuais decorativos da época; obedeceu-se a essas indicações em mais edificios, por exemplo nas igrejas de Rates (Póvoa do Varzim) e Gândara (Penafiel).

Sobre os dois capitéis das colunas e sobre as impostas das umbreiras, erguem-se dois arcos de cantaria de mero suporte, um deles faceado com a cortina da fachada e outro em plano reintrante; ambos desenham uma larga e assaz indecisa ogiva.

O tímpano é que foi alvo, no séc. XVIII, dum lamentável atentado. Considerado como obscena exhibição por um visitador da igreja da Correlhã, em 1750 foi mandado esborcinar. O trabalho porém foi mais profundo. Reconhece-se ainda o encaixe rectangular da prancha ou tabela de pedra, cujas esculpturas, depois de terem sido vistas com tolerância, talvez pelas gerações de seis séculos successivos, tanto escandalizaram o descabido rigorismo do visitador iconoclasta.

O vandalismo é tanto mais para lamentar, quanto era rara esta circunstância de se esculpirem figuras, acaso priápicas, num trecho architectónico, que costumava ser destinado a símbolos, alegorias ou outras representações sacrossantas. As esculpturas impudicas não são raras nos edificios religiosos da idade média, mas eram relegadas para as gárgulas altaneiras dos coruchéus. Foi uma mutilação perpetrada conscientemente, que o seu autor pretendeu justificar com razões bem ou mal aduzidas.

Infelizmente, neste assunto, nenhuma geração pode, com sã e boa autoridade, invectivar as que a precederam por estas haverem praticado vandalismos flagrantes¹. Os malefícios são de todos os tempos.

¹ Aqui deixo transcritas as palavras dum capítulo do *Livro das Visitações* da freguesia da Correlhã, capítulo que corresponde à visita do ano de 1750, a fl. 127 v, agradecendo mais esta transcrição que o Rev.^{do} Cunha Brito fez em tempo do seu professorado no extinto Liceu de Ponte de Lima. «Visitando a capella de S.^{to} Abdam, vi e achei sobre a porta principal do mesmo santo hum simulacro de pedra que terá 4 grandes palmos de alto, todo absolutamente nu e com as partes inhonestas e impuras quasi de todo descobertas, porq̃. apenas tem a semelhança de hũ páo lizo que lhe encobre a parte mais impura, deyxando aos olhos manifestas as partes adherentes, o q̃. he obsceno, indecentissimo, e intoleravel em qualquer parte profana, q.^{to} mais nos lugares dedicados a D.^s; pelo que ordeno ao R. Par.^o q̃ por conta das esmolos, mande picar toda esta estátua, deyxando a pedra, em que se acha levantada, liza e raza, ao que fará dar cumprimento em tr.^o de vinte dias, pena de suspensão».

Sobre o pórtico recorta-se um espelho de pedraria, do qual não abundam tipos em Portugal. A zona periférica dêsse vão está preenchida com duas séries concêntricas de bolas engastadas em uma larga faixa embusinada. O centro não é porém radiado; tampouco se pode dizer de tipo concêntrico exactamente. Uma delgada placa circular de granito alumiada de seis olhais ou orbículos, dispostos os cinco maiores crucialmente e os quatro menores a cantonarem a cruz, constituem o curioso óculo frontispicial desta ermida. O granito dessa linda peça é mais claro que o da silharia adjacente, talvez por menos exposto à intempérie; o mesmo succede ao mais abrigado do pórtico.

Sem embargo da pouca vulgaridade dêste espelho ou rosácea, alguns exemplares há dêste tipo de ornamentação orbicular. Nas igrejas de Vilarinho (Vizela), de S. Vicente de Sousa (Penafiel) e de Barrô (Resende), todas da zona granítica do Norte, encontram-se réplicas do mesmo modelo. No conceito de *Lamperez y Romea*, êle precede evolutivamente o tipo radiado, de que nos dá tam formoso exemplo o velho mosteiro de Santa Maria de Ermêlo (Arcos de Valdevez).



Fig. 30

A frontaria da capelinha de Santo Abedão é rematada superiormente pela empena do telhado de duas águas, sem campanário, com os curtos prolongamentos laterais, que desenham o balanço dos cachorros, por baixo do beiral. Resta-me dizer, quanto ao seu exterior, que ainda se vêem siglas dos canteiros em alguns silhares. (Fig. 30).

Não sei por que milagre, êste tempozinho românico abriga ainda lá dentro o seu primitivo e original arco cruzeiro, o que produz uma confortante surpresa a quem pela primeira vez entra na capela, quasi resignadamente disposto a presenciar mutilações arquitecturais.

Deminutos fastes de colunas perfilam o vivo dessa intersecção do corpo da igreja com a oussia, sobrepujados por enormes capitéis, que por seu turno sustentam uns ábacos monstruosos com o ar de mísulas. Dêstes emerge a arcada da curva hesitante entre os arcos de meio e terceiro ponto. A fotografia original da fig. 31 reproduz imperfeitamente as particularidades dêsses capitéis, mas o contôrno do arco exprime suficientemente o carácter architectónico dêste elemento de construção.

Sé um dia nefasto vier, em que êste arco primevo e evocador seja sentenciado como incompatível com um século de farta claridade

e seja substituído por outra abertura mais ancha e civilizada, não se esqueçam de gravar no fecho a data em que se perpetrar esse inteligente melhoramento; merece conhecê-la a posteridade reconhecida. As duas figs. 32 e 33 representam, aquela a vêrga da porta

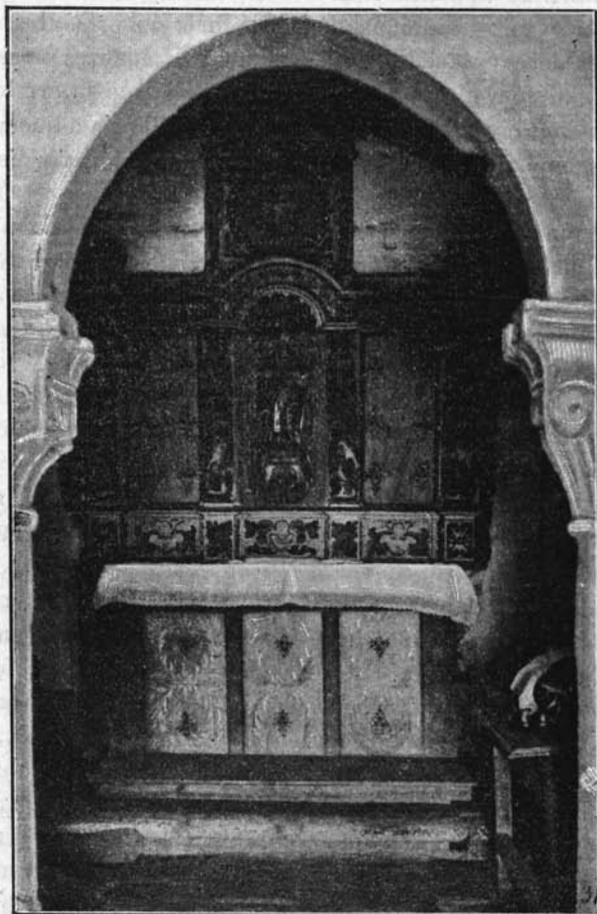
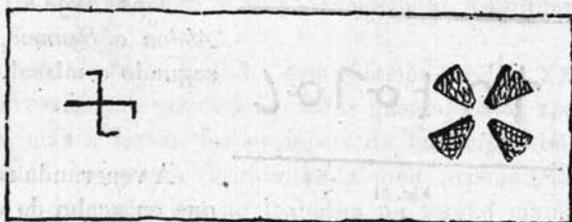


Fig. 31

lateral e esta um modilhão, cujos relevos o simbolismo cristão cincelou tam expressivamente. Um peixe que, se algumas vezes é um dos símbolos do Salvador ($\tau\chi\theta\upsilon\varsigma$), é mais frequentemente o dos próprios fiéis; envolvido nas dobras irresistíveis de uma serpente, não pode aqui ser interpretado senão como a alegoria do cristão e do demónio, que o cinge e estrangula. (Vid. D. H. Leclerc, *Manuel d'Archéologie Chrétienne*, II, 379).

S.^{to} Abedão e S. Sennes foram dois mártires sacrificados em uma perseguição aos cristãos, desenrolada no consulado do imperador romano Décio em 250 ou 258. Se bem que originários do Oriente, a execução destes dois cristãos realizou-se em Roma, e presume-se que o lugar do martírio teria sido nas proximidades do Coliseu daquela cidade, pois que aí se lhês levantou uma igreja, que parece ter-se conservado pelo menos até o



Verga da porta lateral

Fig. 32

pontificado de Pio V. Depois do martírio, os seus corpos foram recolhidos em catacumbas do cemitério de Ponciano, via de Pôrto, nas quais os dois mártires estavam representados em fresco atribuído aos sécs. VI-VII; a iconografia dessa pintura não se relaciona, nem pouco nem muito, com a da imagem que se vê no retábulo da ermida e que a fotogravura representa. Depois de Constantino, foi edificada em sua honra uma basilica por cima daquelas catacumbás, sendo os seus corpos trasladados para o novo templo. Actualmente, nem da igreja primeira, nem desta basilica restam vestígios alguns¹.



Fig. 33

Em todo o caso, como se explica o culto de santos orientais com ermida própria neste recanto ocidental, talvez em época bastante anterior à construção da sua ermida? Será admissível que este facto, aparentemente de exclusiva índole religiosa, possa corresponder a uma das modalidades que as influências bizantinas na península teriam revestido no principio da idade média. Por outro lado, afirma o preclaro arqueólogo romano *De Rossi* que, na antiguidade, não se dedicavam basilicas ou oratórios aos santos de que não se possuísem relíquias; ora Santo Abedão

¹ Consultei para estas notas a seguinte bibliografia: *Dict. des Antiquités Chrétiennes*, par l'abbé Martigny; *Manuel d'Archéologie Chrétienne*, par D. H. Leclerc, I, 578; e principalmente o *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne*, par D. F. Cabrol & D. H. Leclerc, s. v. *Abdon*; *Flos Santorum...*, por Fr. Diogo do Rosário, II, 273 (Lisboa, MDCCLXVII).

*

Uma das mais curiosas obras de arte que vi nas minhas *Jornadas*, é a que reproduzo pelo desenho da fig. 38. Chamo-lhe conscienciosamente obra de arte e julgo poder considerá-la exemplar de raridade hoje em Portugal.

É uma estante portátil de ferro forjado, com a forma de dois **XX** unidos por quatro travessas nas extremidades das hastes. Estas são parcialmente torcidas, mas a torsão fez-se depois da barra prismática de ferro ser dividida em quatro verguinhas também prismáticas de secção quadrada, o que permitia ao trabalho da torsão maior maleabilidade no ferro e melhor acesso do fogo às zonas centrais da barra.

As hastes de cada um dos **X** são móveis na intersecção por meio dum eixo, que termina do lado externo por uma grossa cabeça circular de prego, separada daquelas por um disco ou arandela discóide; no lado oposto há outro disco em que está cravada a outra extremidade do eixo. Cada uma das hastes dos **X** não representa uma linha recta sem solução de continuidade, como poderia parecer à primeira vista;

mas, no ponto de intersecção, cada haste sofre um pequeno desvio angular dentro do mesmo plano, desvio que tem por fim tornar possível a perfeita junção das duas hastes uma sobre a outra, num só plano, quando se pretenda fechar a estante para a transportar ou guardar. É um habilidoso artifício, mas característico destes artefactos de serralharia antiga.

As quatro hastes não são de igual comprimento, senão duas a duas entre si, sendo mais curtas aquelas cuja extremidade superior está à frente. Estas terminam por duas cabeças de animal, forjadas com grande pericia, e parecem representar um focinho canino, ao qual porém já faltam as orelhas, restando as pequenas cavidades onde haviam sido rebatidas.

As hastes, que têm a sua extremidade superior voltada para trás, terminam em cabeças de prego, cónicas. Na zona, que está junto do eixo, as hastes são prismáticas; na zona restante são cilíndricas ou torcidas. Os pés são espalmados e voltados para fora, isto é, cada par em direcção oposta.

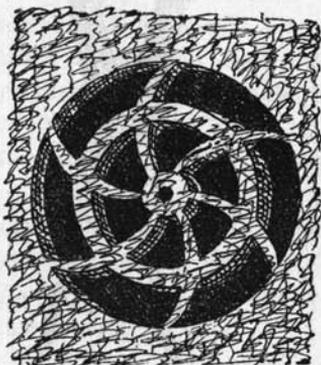


Fig. 37

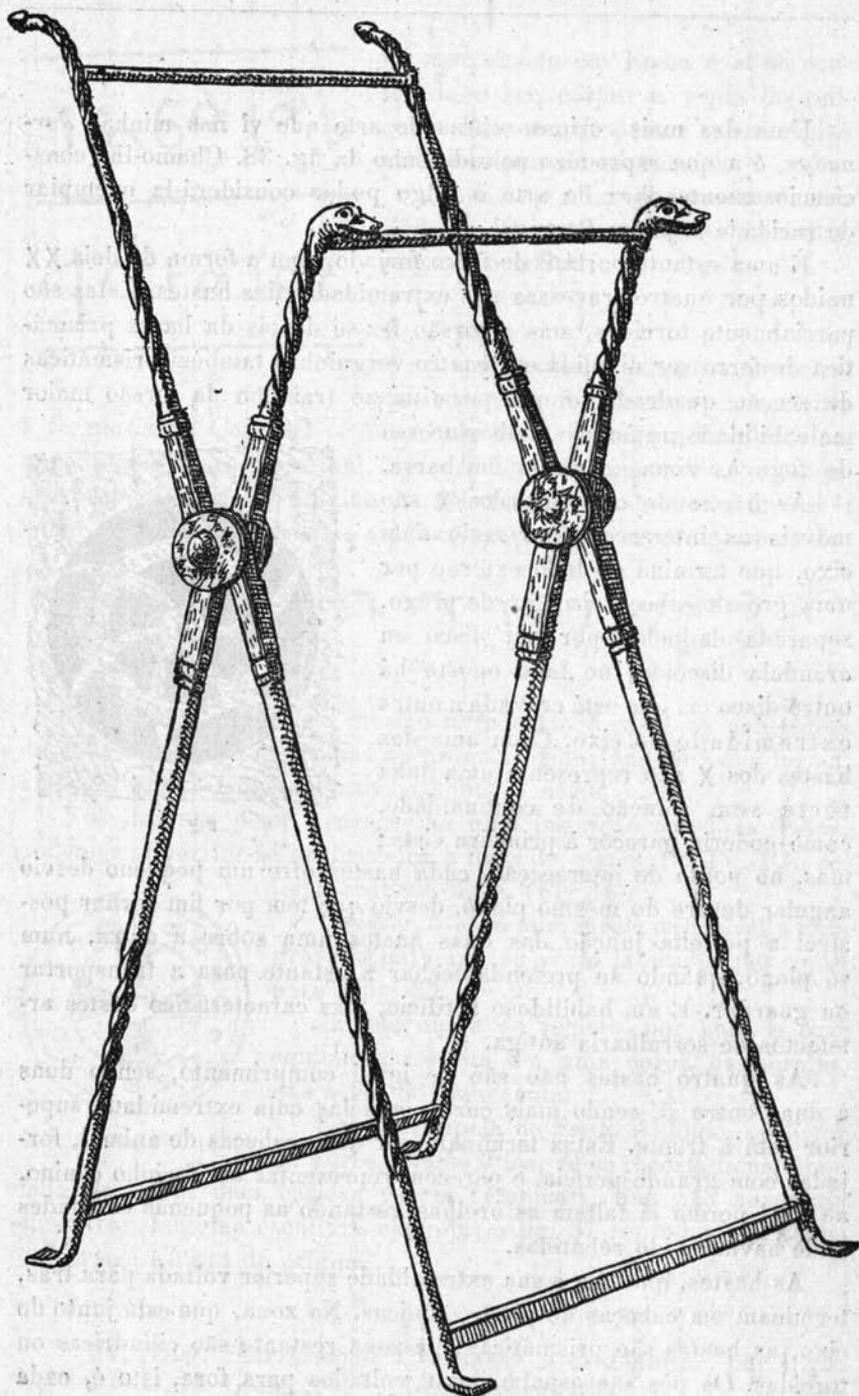


Fig. 38

Todo este artefacto está impregnado dum sentimento de arte um tanto rude, mas sincera e atraente. É óbvio que o que dêle existe é a armação de ferro; para a sua utilização, as travessas superiores deviam estar ligadas por uma larga cobertura de cabedal ou de tecido espesso, sobre o qual seria lançado um pano, mais ou menos rico, de missal.

Além do seu significado artístico, esta peça do mobiliário litúrgico das nossas igrejas, destinada à leitura do Evangelho da missa solene, tem o mérito da sua rareza e antiguidade; pode plausivelmente considerar-se dos sécs. XV-XVI.

*

Tendo-me interessado vivamente este espécime da antiga serralharia portuguesa, sinto não conhecer, afora aquele que descrevo, mais do que outro idêntico e é o que está exposto no Museu Machado de Castro, em Coimbra. Mas antes de confrontar entre si os dois exemplares portugueses, vou referir-me aos estrangeiros que podem cotejar-se com os nacionais.

Em Viollet-le-Duc, por exemplo, encontra-se a descrição duma estante do mesmo tipo, existente no Museu de Cluny e que é atribuída ao séc. XV (*Dict. raisonné du mobilier français*, s. v. *Lutrin*). A parte torcida está porém nas travessas superiores, mas o jôgo do eixo é exactamente igual ao da estante minhota, o que demonstra que o processo estava generalizado na arte da serralharia; o remate das hastes é, no espécime francês, um florão. Mas, sob a palavra *Landrrier*, vê-se um remate rigorosamente idêntico ao da nossa estante, constituído por uma cabeça de animal (escreve Viollet-le-Duc) muito bem forjada e soldada na haste; este móvel existe na igreja de Vezelay e é atribuído ao séc. XV.

Na catedral de Narbonne, encontrou Didron Ainé uma estante portátil em X singelo de ferro, e pertencente a este tipo, se bem que seja uma variante, pois que as duas únicas hastes dela, incapazes por si de darem equilíbrio ao artefacto, bifurcam-se em ansa na base e em garfo munido de travessa no cimo, para receberem uma cobertura de coiro, onde pousava o missal para a leitura da epístola e do evangelho. O autor atribui ao séc. XIV este móvel de ferro forjado. (Didron Ainé, *Manuel des œuvres de bronze et d'orfèvrerie du moyen âge*, p. 138).

Na obra de E. Barberot, que possuo, intitulada *Histoire des styles d'Architecture* (Paris 1891, vol. I, p. 352, fig. 426) desenha-se um remate de ferro forjado, que me permito reproduzir, não só para

pôr em confronto a sua completa analogia com os da estante de Ponte de Lima, como para comprovar o destino dos orifícios existentes no mesmo exemplar; neles se fixavam as orelhas do animal. (Fig. 39). E. Barberot atribui ao século da arte gótica em França, ao séc. XIII, esta peça. Na fig. 40 reproduzo uma das cabeças da estante minhota, com a mutilação das orelhas.



Fig. 39

¿Ser-me há permitido recuar até ao séc. XIII, ou sequer até ao séc. XIV, ao intentar uma atribuição cronológica para a curiosa estante minhota?

Há na catedral de Braga umas reixas de ferro, que protegem o túmulo do Príncipe D. Afonso e em que as barras ou balaústres, prismáticos na metade inferior, são torcidos na metade superior pelo processo quadrifido; esta particularidade pode reconhecer-se na própria ilustração que acompanha o correspondente artigo do S.^o Joaquim de Vasconcelos na *Arte Religiosa em Portugal* (vol. I, fasc. III). Sabe-se que essas grades foram forjadas em 1527.

Quem visitar o importantíssimo museu conimbricense de Machado de Castro encontrará uma estante de ferro como a de Ponte de Lima, mas no rótulo apenso inscreveu-se, sem outro esclarecimento, a data de 1702. A forma duma e outra estante é a mesma; apenas algumas travessas da de Coimbra têm molduras como os balaústres



Fig. 40

do séc. XVI; as cabeças de animal diferem porém um pouco na factura que, no exemplar coimbrão, é menos bárbara e mais boleada do que no limiense. Confesso que aquele não me deixou a impressão de atingir o séc. XVIII, se bem que na infância dêste, mas a de ser mais antigo; a analogia do trabalho da estante de Ponte de Lima com o das reixas da sé bracarense, datadas do primeiro quartel do séc. XVI, e com o dos exemplares franceses, permitem-me afoitamente que date aquela dum período que abranja os sécs. XV-XVI, até que algum argumento positivo ascenda estes artefactos ao séc. XVIII, da estante do museu de Machado de Castro. O nosso Possidónio da Silva atribui também ao período ogival estes artefactos. (*Resumo elementar de archeologia cristã*, p. 338).

Os autores portugueses são concordes em reconhecer que os trabalhos do ferro artístico adquiriram grande desenvolvimento em Es-

panha. Presume o ilustre arqueólogo, S.^{or} Joaquim de Vasconcelos, que Braga seria um centro de fabricação em voga. Mesmo no Sul do país, tenho eu encontrado alguns modelos interessantes de ferragens (Óbidos, Estremoz) e um dia os publicarei¹.

Estes trabalhos de serralharia artística conservam o vestígio das marteladas que os afeiçãoavam e que o braço do serralheiro vibrava inteligentemente no ferro esbraseado, tal como a obra de pintura ou de escultura revela, no toque do pincel ou no golpe do escopro, a mão que a criou e o sentimento que a animou; e é por isso que devemos ter por estes artefactos a mais entranhada admiração e um apreço sincero e patriótico.

O que é de notar, é que este tipo de estante portátil ainda se encontra em catedrais e outras igrejas, mas a madeira substituiu o ferro; em todo o caso, estas últimas estantes, apesar de serem ainda usadas, é que me têm parecido do séc. XVIII.

*

S. Julião de Freixo é uma freguesia do concelho de Ponte de Lima; no seu âmbito há ruínas dum castro que não visitei, mas de que me deu notícias muito aproveitáveis o Rev.^{do} M. J. da Cunha Brito em cartas datadas de 28 de Dezembro de 1909, 4 de Novembro de 1910 e 13 de Janeiro de 1911. Três mamoas também lá identificou aquele meu ilustrado amigo. Em primeiro lugar, no alto da estação arqueológica, há uma capela de S. Cristóvão; já esta circunstância é digna da maior atenção, porque quasi sempre significa a cristianização dum lugar, onde um antigo culto pagão atraía as populações.

Mas há bastantes anos (antes de 1909), quando se procedia à construção da estrada que conduz àquela capelinha, foram encontradas grossas contas ovóides² de vidro com camadas concêntricas

¹ Parece que o ferro medieval, que era repetidas vezes forjado e batido, adquiria qualidades de maleabilidade que hoje não possui; e que o carvão de madeira, exclusivamente empregado então, contribuía para vencer dificuldades de fabrico, que actualmente causam a admiração dos técnicos. Veja-se *Dict. raison. d'Archit. française du XI^e au XVI^e siècle*, par M. Viollet-le-Duc, s. v. *Serrurerie*; *Arte Portuguesa* (1895), por G. Pereira e E. Casanova, *passim*; *Estudos Eborenses (Evora Romana)*, por G. Pereira; *Figuras Gradadas*, por J. Queiroz; *O Arch. Port.*, XI, 61.

² Foram adquiridas pelo já falecido e erudito médico de Ponte de Lima, D.^{or} Oliveira.

multicolores; a perfuração é no sentido do maior diâmetro. Destas, uma foi cedida ao autor das cartas acima mencionadas, que com ela brindou o Museu Etnológico (n.º de entrada 2:117). É essa que a fig. 41 representa, e mede $0^m,32 \times 0^m,20$.

Estas contas pertencem a um tipo de que ainda hoje não se conhece, exactamente, nem a procedência nem a antiguidade. Tem aparecido em Portugal, em Inglaterra, nos países escandinavos, na América do Norte e do Sul. São sempre iguais na sua textura, compostas de camadas das mesmas côres e de forma canelada, de modo que, nas extremidades, que representam uma secção oblíqua, aparece o aspecto estelar com o mesmo número de ângulos brancos (12). Como se vê na gravura, tais contas têm a forma sub-ovóide aparentemente, mas, examinadas com atenção, elas são realmente cilíndricas e os extremos chanfrados em 6 facetas muito oblíquas. Na zona cilíndrica, mostram uma côr azul profunda, à qual se segue, visível nas extremidades, uma camada subjacente de côr vermelha escura, separada da anterior por um filete branco, opaco em toda a volta. Êste filete, bem como a zona vermelha, em vez de apresentar uma forma circular nos planos chanfrados, aparece com aspecto de zigue-zague, em consequência das camadas interiores serem caneladas longitudinalmente. A estas camadas sucedem-se outras subjacentes de côr esverdeada, com análogos filetes brancos separativos e, ao centro, o canalículo de enfiar. São, portanto, tôdas da mesma origem, que parece ser o antigo Egipto. Só varia o tamanho, porque as há maiores que nozes e menores que avelãs.

¿Como vieram parar ao nosso país? Suponho que as incursões dos Normandos as trouxeram, nos séculos IX e X, se bem que estes piratas escandinavos as adquirissem no seu país, não por serem aí fabricadas, mas porque lhes tinham sido comerciadas pela estrada do Mediterrâneo, conhecida e praticada desde épocas pre-históricas. Supõe-se que foram êsses mesmos navegadores escandinavos que as levaram à América do Norte em época pre-colombiana¹.

Tôdas as contas policrómicas com desenho de zigue-zagues brancos, que têm sido encontradas em Portugal, têm-no sido próximo

¹ Veja-se o jornal inglês *Archaeologia*, vol. XLV, p. 297, no artigo intitulado «On Glass Beads with a Chevron Pattern», por John Brent (1880). No dia 8 de Novembro de 1928 tive a honra de ler à 2.ª Classe da Academia de Ciências de Lisboa uma comunicação sobre êste assunto, expondo uma hipótese sobre a intervenção dos Normandos na disseminação destas contas em Portugal.

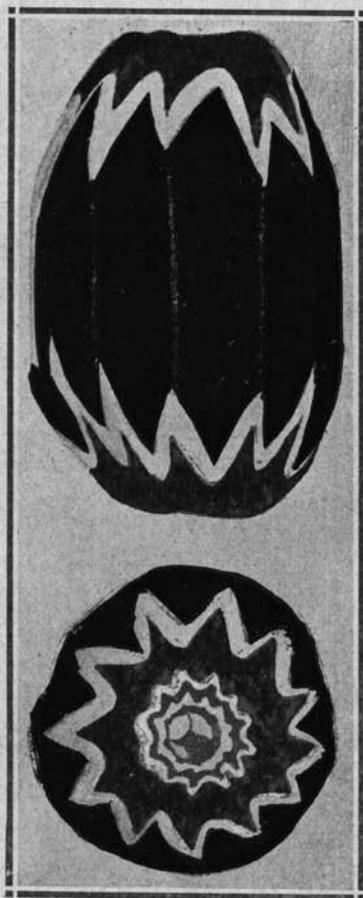


Fig. 41

do litoral ou dos rios e, como em tôda a parte, em condições que nada revelam, quanto à sua antiguidade. São verdadeiros objectos perdidos. O que é facto para ponderar, é que tôdas têm o mesmo número (12) de zigue-zagues de vidro branco opaco e a mesma disposição de côres; o que tudo revela a unidade de origem.

No passal da freguesia existem dois túmulos de pedra, que estão servindo de tinas para água de lavar, à bôca de um pôço. São trapezoidais, de lados curvilíneos como algumas de tijolos; os lados

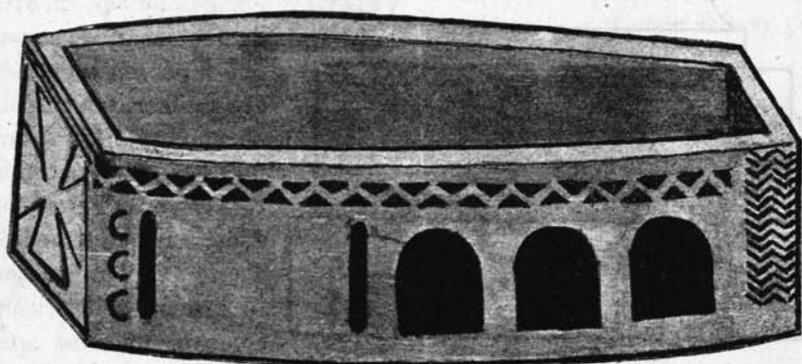


Fig. 42

e topos exteriormente ornamentados, vendo-se nestes cruces equiláteras. O desenho que junto (fig. 42) é a reprodução do que se obteve na própria freguesia da mão de um solícito curioso.

Para terminar, com alguma cousa boa, arranco dum livro de Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, êste conceito que ainda deve aplicar-se ao séc. XX:

«O século XIX, se, com a impotência de continuar a obra monumental dos séculos que o precederam, acumulasse a incapacidade de compreender e de venerar essa obra, representaria um pavoroso retrocesso na história». Felizmente que assim não é.

Em refôrço dêste conceito exacto, é que julguei fazer obra meritória, dando à estampa as notas de algumas antigas *Jornadas* minhas pelos arredores da Ponte de Lima, uma das mais lindas vilas de Portugal e das mais instrutivas e atraentes para o arqueólogo.

Dezembro de 1924.

F. ALVES PEREIRA.